

ANDRÉ JDANOV

RELATÓRIO

SOBRE

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

APRESENTADO NA CONFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES
DOS NOVE PARTIDOS COMUNISTAS QUE SE REALIZOU
NA POLÓNIA, NO FIM DO MES DE SETEMBRO DE 1947

Editorial «AVANTE!»



Março de 1949

INTRODUÇÃO

Em 4 de Setembro de 1943, morreu o camarada Jdanov, fiel discípulo de Stáline, secretário do Partido Bolchevique, eminente homem de estado soviético, brilhante teórico do marxismo-leninismo.

O camarada Jdanov era um dos maiores dirigentes do movimento operário internacional e, entre outros seus trabalhos (sobre problemas da filosofia, da literatura e da arte, sobre questões da organização do Partido, etc.), destaca-se o seu histórico relatório acerca da situação internacional apresentado na primeira reunião do Departamento de Informação dos Partidos Comunistas e Operários, realizada na Polónia em Setembro de 1947.

Este relatório teve uma repercussão política internacional. Ele analisou, numa maneira genial as modificações da situação internacional após a guerra, com a formação de dois campos políticos: o democrático anti-imperialista e o imperialista anti-democrático. Ele definiu o papel dirigente dos Estados Unidos no campo imperialista e os seus planos de hegemonia mundial e de guerra. Ele mostrou a força real dos dois campos, a diferença entre os dois campos imperialistas de desencadear uma nova guerra e as possibilidades reais de o fazerem, o reforçamento das forças do socialismo e o perigo mais grave da hora presente para a classe operária: subestimar as suas próprias forças. Ele mostrou o papel de traição dos socialistas de direita. Ele definiu a direcção fundamental da actividade dos Partidos Comunistas no momento presente: a luta pela paz, pelas liberdades democráticas e pela independência das respectivas nações ameaçada pelos planos expansionistas dos Estados Unidos.

O relatório do camarada Jdanov constituiu assim uma ajuda de valor incalculável às forças democráticas e anti imperialistas mundiais e, especialmente, aos Partidos Comunistas.

Este relatório conserva hoje toda a sua actualidade e deve continuar sendo uma base fundamental de estudo de todos os verdadeiros democratas e patriotas portugueses.

Ao publicarmos esta edição do trabalho histórico do camarada Jdanov, prestamos uma homenagem à memória do grande dirigente do movimento operário internacional. Mas a maior homenagem que lhe podemos prestar é lutar com crescente vigor dentro da luminosa orientação traçada neste relatório e manter bem segura em nossas mãos a bandeira da democracia, da soberania nacional, da independência de Portugal e da paz.

ANDRÉ DANOV

SOBRE A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL DEPOIS DA GUERRA

O fim da segunda guerra mundial trouxe modificações essenciais na situação mundial. A guerra militar do bloco dos Estados fascistas contra a União Soviética e a liberdade da guerra, o papel decisivo desempenhado pela União Soviética na vitória sobre os agressores fascistas, teve como resultado uma mudança radical na relação das forças entre os dois sistemas: o capitalismo e o socialismo.

Uma das principais causas da segunda guerra mundial consistiu na derrota militar da Alemanha e do Japão — os dois países mais militaristas e os mais agressivos do capitalismo. Os elementos reacionários imperialistas do mundo inteiro, especialmente na Inglaterra, nos Estados Unidos da América e em França, tinham fundado as suas esperanças particulares na Alemanha e no Japão. O governo da Alemanha Hitleriana, em primeiro lugar, como a força mais capaz de dar um golpe fatal na União Soviética que fizesse enfraquecer a e minar a sua influência, sendo esmagada, e, em segundo lugar, como força capaz de combater o movimento operário revolucionário e democrático na própria Alemanha e em todos os países que eram objecto da agressão hitleriana. Viajava-se, desta maneira, a consolidar a situação geral do capitalismo. E aqui que é preciso buscar a origem e uma das principais causas da política mundialista de antes da guerra, política de capangamento e de encorajamento à agressão fascista, política levada a cabo inicialmente pelos meios imperialistas dirigentes da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos da América.

Porém, as esperanças que os imperialistas anglo-franco-americanos alimentavam em relação aos hitlerianos não se verificaram. Ao contrário do que supunham os mundialistas, os hitlerianos demonstraram que eram mais fracos, enquanto que a União Soviética e os povos amantes da liberdade demonstraram que eram mais fortes. Assim, a segunda guerra mundial teve este resultado: as principais forças da reacção fascista militante internacional foram derrotadas e encontram-se, por muito tempo, fora de combate.

Por conseguinte, o sistema capitalista mundial, no seu conjunto, sofreu de novo um golpe sério. Se a consequência mais importante da primeira guerra mundial foi a ruptura da frente unida do imperialismo e a separação da luta do sistema capitalista mundial, se, devido à vitória do regime socialista na U.R.S.S., o capitalismo deixou de ser o único sistema universal da economia mundial, a consequência da segunda guerra mundial, com a derrota dos fascistas, com o enfraquecimento das posições mundiais do capitalismo, e o reforço do movimento anti-fascista, foi a separação de toda uma série de países da Europa central e sul-oriental do sistema imperialista. Nestes países, surgiram novos regimes populares e democráticos. O grande exemplo da guerra patriótica da União Soviética, o papel libertador do exército soviético contra o nazifascismo da luta de massas pela libertação nacional dos povos em luta contra os ocupantes fascistas e os seus cúmplices. No decurso desta luta, foram desmascarados, como traidores aos interesses nacionais, os elementos pró-fascistas que tinham colaborado com Hitler: grandes capitalistas industriais, grandes proprietários rurais, elites burocráticas, oficiais militares.

guesia e dos grandes proprietários rurais, comprometida pela sua colaboração com o fascismo alemão, e, por outro lado, da subida ao poder de forças novas do povo que haviam dado as suas provas durante a luta contra os opressores alemães.

Nestes países, foram os representantes dos operários, dos camponeses e dos intelectuais progressivos que subiram ao poder. Por toda a parte, nestes países, foi a classe operária que manifestou o maior heroísmo, a maior consistência e intransigência na luta anti-fascista, e, portanto, a sua autoridade e a sua influência entre o povo aumentaram enormemente.

O novo poder democrático da Iugoslávia, da Bulgária, da Roménia, da Polónia, da Checoslováquia, da Hungria e da Albânia, apoiando-se nas massas populares, conseguiu realizar, num brevíssimo espaço de tempo, tais transformações democráticas progressivas, que a burguesia jamais seria capaz de fazer. A reforma agrária entregou a terra aos camponeses e levou a cabo a liquidação da classe dos grandes senhores da terra. A nacionalização da grande indústria e dos bancos e a confiscação dos bens dos traidores que haviam colaborado com os alemães socavaram, duma maneira radical, as posições do capital monopolista nestes países e libertaram as massas da servidão imperialista. Ao mesmo tempo, estabeleceram-se os fundamentos da propriedade do Estado. Criou-se um novo tipo de Estado: a República popular, em que o poder pertence ao povo, em que a grande indústria, os transportes e os bancos pertencem ao Estado e a que a força dirigente é constituída pelo bloco das classes trabalhadoras da população, tendo à cabeça a classe operária. Os povos destes países não se libertaram apenas da tenaz imperialista, mas estão em vias de edificar as bases da passagem para o desenvolvimento socialista.

A importância e a autoridade internacional da U.R.S.S. aumentaram consideravelmente em consequência da guerra. A U.R.S.S. foi a força dirigente e a alma do esmagamento militar da Alemanha e do Japão. As forças democráticas progressivas da mundo inteiro estão unidas à volta da União Soviética. O Estado socialista, nos combates mortais e no mais poderoso inimigo, saiu vitorioso das terribes provas da guerra. A União Soviética saiu reforçada da guerra.

A face do mundo capitalista também mudou muito sensivelmente. Das sete potências chamadas «grandes» (a Alemanha, o Japão, a Inglaterra, os Estados Unidos da América, a França e a Itália), três foram eliminadas em consequência da derrota militar: a Alemanha, a Itália e o Japão. A França também ficou enfraquecida e perdeu a sua antiga significação de grande potência.

Assim, não restam mais que duas «grandes» potências imperialistas mundiais: os Estados Unidos e a Inglaterra. Mas as posições dum destes países, a Inglaterra, encontram-se abaladas. Durante a guerra, o imperialismo inglês mostrou-se débil sob o ponto de vista militar e político. Na Europa, a Inglaterra mostrou-se impotente ante a agressão alemã. Na Ásia, a Inglaterra — a maior potência imperialista — não conseguiu, pelas suas próprias forças, salvaguardar as suas próprias possessões coloniais. Tendo, temporariamente, perdido as suas ligações com as colónias, que abasteciam a metrópole de géneros alimentícios e de matérias-primas e que absorviam uma parte considerável da sua produção industrial, a Inglaterra viu-se, sob o ponto de vista da sua economia de guerra e no que respecta às suas próprias provisões industriais e alimentares, dependente da América. Desde o fim da guerra, a dependência financeira e económica da Inglaterra em relação aos Estados Unidos da América não tem senão aumentado.

Após a guerra a Inglaterra recuperou as suas colónias; entretanto, ela ficou com a influência reforçada do imperialismo americano que, durante a guerra, havia desenvolvido a sua actividade em todas as zonas condecoradas. A situação como e fere a influência do capitalismo monopolista inglês: o Oriente árabe e a Ásia do Sudeste.

A influência da América reforçou-se nos domínios do Império britânico e na América do Sul, aonde o papel desempenhado pela Inglaterra lhe foge cada vez mais em benefício dos Estados Unidos da América.

A crise do sistema colonial, accionada pelo resultado da segunda guerra mundial, manifesta-se pelo poderoso desenvolvimento do movimento de libertação nacional nas colónias e países dependentes e por isso mesmo, a retrogradação do sistema capitalista está ameaçada.

da sociedade comunista. Uma destas condições é a paz. Como novo sistema social superior, a União Soviética reflete, na sua política externa, as esperanças de toda a humanidade progressiva que aspira a uma paz durável e não pode estar interessada numa nova guerra engendrada pelo capitalismo. A União Soviética, fiel combatente da liberdade e da independência para todos os povos, é a inimiga da opressão nacional e racial, da exploração colonial sob todas as formas. A transformação ocorrida em consequência da segunda guerra mundial na relação das forças entre o mundo capitalista e o mundo socialista do Estado soviético alargou o raio da sua actividade política externa.

Foi à volta da tarefa de assegurar uma paz democrática justa que se operou a união de todas as forças do campo anti-imperialista e anti-fascista. Foi nesta base que nasceu e se reforçou a cooperação unigável da U.R.S.S. com os países democráticos relativamente a todos os problemas de política externa. Estes países, e em primeiro lugar os países da nova democracia — a Iugoslávia, a Polónia, a Checoslováquia e a Albânia que desempenharam um papel importante na guerra de libertação contra o fascismo, assim como a Bulgária, a Roménia, a Hungria e, parcialmente, a Finlândia que se juntaram à frente anti-fascista — tornaram-se, no pós-guerra, firmes combatentes pela paz, pela democracia, pela liberdade e independência contra todas as tentativas feitas pelos Estados Unidos e Inglaterra para fazer voltar a trás o seu desenvolvimento e colocá-los de novo sob o jugo imperialista.

Os sucessos e o aumento do prestígio internacional do campo democrático não são do gosto dos imperialistas. Já durante a segunda guerra mundial, a actividade das forças reacçãoárias, na Inglaterra e nos Estados Unidos, buscava, esforçando-se por romper a acção coordenada das potências aliadas, por fazer arrastar a duração da guerra, por esgotar a U.R.S.S. e por salvar os agressores fascistas da derrota completa. A sabotagem da segunda frente da parte dos imperialistas anglo-saxões, chefiados por Churchill, reflectia claramente esta tendência que, no fundo, é apenas a continuação da política de Munich numa nova situação. Mas, enquanto a guerra durou, os círculos reacçãoários da Inglaterra e dos Estados Unidos não ousaram intervir abertamente contra a União Soviética e os países democráticos, compreendendo muito bem que, em todos os países, a simpatia das massas populares ia sem reserva para a U.R.S.S. e para os países democráticos. Mas, a partir dos últimos meses que precederam o fim da guerra, a situação começou a modificar-se. Já no decorrer das conversações na Conferência das Três Potências, em Berlim, em Julho de 1945, os imperialistas anglo-americanos mostraram o desejo de não ter em conta os interesses legítimos da U.R.S.S. e dos países democráticos.

No decurso dos dois últimos anos, a política externa da União Soviética e dos países democráticos foi uma política de luta para a realização consequente dos princípios democráticos do pós-guerra. Os Estados do campo anti-imperialista mostraram-se fieis e consequentes combatentes pela realização destes princípios, sem se desviarem deles um só ponto. É porque a principal tarefa da política externa dos Estados democráticos do pós-guerra é lutar por uma paz democrática, liquidar os restos do fascismo e impedir uma nova agressão fascista imperialista, lutar pela consolidação dos princípios da igualdade de direitos e o respeito da soberania dos povos, pela redução geral dos armamentos e a proibição de todo o género de armas de grande destruição, destinadas ao extermínio em massa da população pacífica. Na aplicação prática de todas estas tarefas, a diplomacia soviética e a diplomacia dos Estados democráticos chocam com a resistência da diplomacia anglo-americana que, após a guerra, segue infalível e consequentemente uma linha visando a reanular a todos os princípios comuns proclamados durante a guerra pelos Aliados para a organização da paz do pós-guerra, uma linha tendente a substituir esta política de paz e de consolidação da democracia por uma nova política, tendo por objectivo romper a paz geral, assegurar a defesa dos elementos fascistas e perseguir a democracia em todos os países.

A actividade comum da diplomacia da U.R.S.S. e da diplomacia dos Estados democráticos visando a resolver o problema da redução dos armamentos e a proibição da arma mais destruidora — a bomba atómica — tem um grande significado.

Por iniciativa da União Soviética, foi apresentada uma proposta na Or-

...ant, após Churchill, a traçar planos com vista a organizar o mais rapidamente possível uma guerra preventiva contra a U.R.S.S., apelando abertamente para a utilização do temporário monopólio americano da arma atômica contra os homens soviéticos.

Os justicadores da nova guerra, tentando utilizar a intimidação e a chantagem não somente para com a U.R.S.S., mas também com os outros países e, em particular, para com a China e a Índia, apresentam a U.R.S.S. duma maneira caluniosa, como possível agressor, e apresentam-se a si próprios na qualidade «de amigos» da China e da Índia, como «salvadores» do perigo comunista, chamados a «proteger» os mais fracos. Desta maneira, cumpre-se a tarefa de manter em obediência ao imperialismo a Índia e a China e de prolongar a sua subjugação política e económica.

II. NOVA DISPOSIÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS DO APÓS-GUERRA E FORMAÇÃO DOS DOIS CAMPOS

As profundas transformações que se sucederam na situação internacional e na situação dos diferentes países, em consequência da guerra, modificaram o quadro político do mundo. Criou-se uma nova disposição das forças políticas. Quanto mais nos afastamos do fim da guerra, mais claramente aparecem as duas principais direcções da política internacional do após-guerra, correspondentes à disposição, em dois campos principais, das forças políticas que operam na arena mundial: o campo imperialista e anti-democrático dum lado, e, do outro, o campo anti-imperialista e democrático. Os Estados Unidos são a principal força dirigente do campo imperialista. A Inglaterra e a França estão unidos aos Estados Unidos. A existência do governo trabalhista Attlee-Bevin em Inglaterra e a do governo socialista Ramadier em França não impedem a Inglaterra e a França de marcharem como satélites, no que respeita aos principais problemas, na pegada da política imperialista dos Estados Unidos. O campo imperialista é apoiado também pelos Estados possuidores de colónias, como a Bélgica e a Holanda, e por países de regime reaccionário e anti-democrático, como a Turquia e a Grécia, assim como por países económica e politicamente dependentes dos Estados Unidos, como o Próximo Oriente, a América do Sul e a China.

O principal objectivo do campo imperialista, consiste em reforçar o imperialismo, em preparar uma nova guerra imperialista, em lutar contra o socialismo e a democracia e em apoiar, por toda a parte, os regimes e os movimentos pró-fascistas, reaccionários e anti-democráticos.

Para realizar estas tarefas, o campo imperialista está pronto a apoiar-se nas forças reaccionárias e anti-democráticas de todos os países e a defender os inimigos de guerra de ontem contra os seus aliados de guerra.

As forças anti-imperialistas e anti-fascistas formam o outro campo. A U. R. S. S. e os países da nova democracia constituem a sua base. Os países que romperam com o imperialismo e que se empenharam resolutamente no caminho do desenvolvimento democrático, como a Roménia a Hungria a Finlândia fazem dele parte. Ao campo anti-imperialista aderem a Índia, o Viet-Nam e a Indonésia; o Egipto e a Síria dão-lhe a sua simpatia. O campo anti-imperialista apoia-se, em todos os países, no movimento operário e democrático, nos Partidos Comunistas irmãos, nos combatentes do movimento de libertação nacional dos países coloniais e dependentes e em todas as forças progressivas e democráticas que existem em cada país. O objectivo deste campo consiste em lutar contra as ameaças de novas guerras e da expansão imperialista, pela consolidação da democracia e pela extirpação dos restos do fascismo.

O fim da segunda guerra mundial colocou os povos amantes da liberdade perante a importante tarefa de assegurar uma paz democrática durável, consolidando a vitória sobre o fascismo. É a União Soviética e a sua política externa que pertence o papel dirigente na solução desta tarefa principal do após-guerra. Este facto provém da natureza do Estado socialista soviético, profundamente estranho a todo e qualquer móbil agressivo e explorador, e inteiramente emcria as mais favoráveis condições para realizar a edificação

países pelo capital americano. Os Estados Unidos da América procuram, não apenas, alargar a aplicação desta nova orientação política não somente aos inimigos da guerra de ontem, ou aos Estados neutros, mas também e, numa maneira sempre crescente, aos aliados de guerra dos Estados Unidos da América.

Dá-se uma especial atenção à utilização das dificuldades económicas da Inglaterra — a aliada e, simultaneamente, a rival capitalista e concorrente de longa data dos Estados Unidos. A orientação expansionista americana tem por ponto de partida a consideração de que, não só é necessário não afrouxar o grau de dependência económica em relação aos Estados Unidos, na qual a Inglaterra caiu durante a guerra, mas, ao contrário, reforçar a pressão sobre a Inglaterra a fim de lhe roubar sucessivamente o controle sobre as colónias, despossu-la das suas esferas de influência e reduzi-la ao estado de vassalo.

Com a sua nova política, os Estados Unidos tendem a fortalecer a sua situação de monopólio e continuam a submeter e pôr sob a sua dependência os seus próprios parceiros capitalistas.

Com o caminho das suas aspirações ao domínio mundial, os Estados Unidos chocam com a U.R.S.S., com a sua crescente influência internacional, com a sua política anti-imperialista e anti-fascista, com os países da nova democracia que estão a lutar pelo controle do imperialismo anglo-americano, com os movimentos de todos os países, incluindo os operários da própria América que lutam por uma nova guerra de domínio em benefício dos seus próprios opressores.

É por isso que a nova orientação expansionista e reacção da política dos Estados Unidos visa a luta contra a U.R.S.S., contra os países da nova democracia, contra o movimento operário de todos os países, contra o movimento operário nos Estados Unidos, contra as forças anti-imperialistas de libertação em todos os países.

Os reacçãoários americanos, inquietos com os sucessos do socialismo na U.R.S.S., os sucessos dos países da nova democracia e com o crescimento do movimento operário e democrático em todos os países do mundo inteiro, após a guerra, decidiram fixar-se como tarefa «salvar» o sistema capitalista do comunismo.

Desta maneira o programa francamente expansionista dos Estados Unidos lembra extraordinariamente o programa aventureiro dos agressores fascistas, que se malograram miseravelmente, agressores que, como se sabe, se consideravam outrora também pretendentes ao domínio mundial.

Assim como os hitlerianos, quando preparavam a agressão de pilhagem, a fim de assegurar a possibilidade de oprimir e subjugar todos os povos e primeiramente o seu próprio povo, se mascaravam de anti-comunistas; da mesma maneira, os círculos dirigentes de hoje dos Estados Unidos dissimulam a sua política de expansão e mesmo a sua ofensiva contra os interesses vitais da sua concorrente imperialista enfraquecida, — a Inglaterra — sob a trefa de pseudo-defesa anti-comunista.

A corrida febril aos armamentos, a construção de novas bases e a criação de praças de armas para as forças armadas americanas em todas as partes do mundo são justificadas com argumentos farralhos e falsos da chamada «defesa» contra o imaginário perigo militar da parte da U.R.S.S.

A diplomacia americana, actuando com métodos de ameaças, de corrupção e de chantagem, arranca facilmente dos outros países capitalistas, e, sobretudo, da Inglaterra, o consentimento para a consolidação legal das posições vantajosas americanas na Europa e na Ásia, nas zonas orientais da Alemanha, na Austria, na Itália, na Grécia, na Turquia, no Egipto, no Irão, no Afeganistão, na China, no Japão, etc.

Os imperialistas americanos, considerando-se a principal força em oposição à U.R.S.S., aos países da nova democracia e ao movimento operário e democrático de todos os países do mundo, considerando-se o bastião das forças reacçãoárias e anti-democráticas do mundo inteiro, empenharam-se literalmente, a partir do fim da segunda guerra mundial, em levantar as forças reacçãoárias, anti-populares, os colaboracionistas e os antigos capitalistas dos países europeus que, libertos do jugo hitleriano, começaram a organizar a sua

Os povos das colónias não querem mais viver como no passado. As classes dominantes das metrópoles não podem mais governar as colónias como anteriormente. As tentativas de esmagamento do movimento de libertação nacional pela força militar chocam agora com a crescente resistência armada dos povos das colónias e conduzem a guerras coloniais de longa duração: Holanda na Indonésia, França no Viet-Nam.

A guerra, que tem na sua origem o desenvolvimento desigual do capitalismo nos diferentes países, deu lugar a um novo agravamento desta desigualdade. De todas as potências capitalistas, só uma — os Estados Unidos da América — saiu da guerra, não enfraquecida, mas consideravelmente reforçada tanto económica como militarmente. Os capitalistas americanos auferiram grandes lucros com a guerra. O povo americano não sofreu privações inerentes à guerra, nem fardo de ocupação, nem bombardeamentos aéreos, enquanto que as suas perdas humanas não foram comparativamente numerosas, pois que os Estados Unidos, com efeito, apenas tomaram parte na última etapa da guerra, quando a sorte desta estava já decidida. Para os Estados Unidos, a guerra serviu, principalmente, de impulso a um largo desenvolvimento da produção industrial e ao reforçamento decisivo da exportação, particularmente para a Europa.

O fim da guerra colocou ante os Estados Unidos uma série de novos problemas. Os monopólios capitalistas esforçaram-se por manter o nível elevado dos seus lucros de guerra. Com este propósito, eles procuraram que o volume das encomendas do tempo de guerra não fosse reduzido. Mas para isso, os Estados Unidos deviam conservar todos os mercados externos que absorviam a produção americana durante a guerra e conquistar novos mercados, pois que, no fim da guerra, deu-se uma forte redução da capacidade de compra da maioria dos países.

Ao mesmo tempo, a dependência financeira e económica destes países em relação aos Estados Unidos, aumentou. Os Estados Unidos inverteram, no estrangeiro, créditos no valor de 19 biliões de dólares, não incluindo as investições no Banco Internacional e no Fundo Internacional de Câmbios. Os principais concorrentes dos Estados Unidos — a Alemanha e o Japão — desapareceram do mercado mundial e isto abriu novas e muito grandes possibilidades aos Estados Unidos da América.

Se antes da segunda guerra mundial, os círculos reacçãoários mais influentes do imperialismo americano seguiam uma política isolacionista e se abstinham de intervir activamente nos problemas da Europa e da Ásia, agora, nas novas condições do após-guerra, os senhores da Wall Street fazem uma outra política. Eles traçaram um programa de utilização de todo o poderio militar e económico americano, não só para conservar e consolidar as posições conquistadas no estrangeiro durante a guerra, mas também para as alargar ao máximo, subjugando no mercado mundial a Alemanha, o Japão e a Itália.

O considerável enfraquecimento do poder económico dos outros Estados capitalistas fez surgir a possibilidade de utilização especulativa das dificuldades económicas do após-guerra, o que favorece a colocação destes Estados sob o controle dos E. E. U. U. Este enfraquecimento permitiu, particularmente a utilização das dificuldades económicas da Grã-Bretanha do após-guerra. Os Estados Unidos da América proclamaram uma nova orientação abertamente conquistadora e expansionista.

O objectivo a que se propõe a nova orientação expansionista dos Estados é o estabelecimento do domínio mundial do imperialismo americano. Esta nova orientação visa a consolidação da situação de monopólio dos Estados Unidos sobre os mercados, monopólio que se estabeleceu em consequência do desaparecimento dos seus dois maiores concorrentes — a Alemanha e o Japão — e do enfraquecimento dos parceiros capitalistas dos Estados Unidos: a Inglaterra e a França.

Esta nova orientação abrange um vasto programa de medidas de ordem militar, e económica e política cuja aplicação estabelecerá em todos os países visados pelo expansionismo dos Estados Unidos a dominação económica e política destes últimos, reduzirá estes países ao estado de satélites dos Estados Unidos e lhes garantirá a realização de todos os seus interesses. A partir da parte do movimento operário e democrático contra a exploração destes

contratantes. Eles não contém nada que possa causar dano na independência do Estado e na soberania nacional das partes contratantes. Esta distinção fundamental dos acordos da U. R. S. S. com os outros Estados salta claramente à vista, sobretudo agora, à luz dos acordos injustos, baseados na desigualdade dos direitos, que os Estados Unidos concluem e preparam.

A política comercial externa da União Soviética não conhece acordos fundados na desigualdade dos direitos. Além disso, o desenvolvimento das relações económicas da U. R. S. S. com todos os Estados interessados mostra sobre que base devem estabelecer-se as relações normais entre os Estados. Basta lembrar os tratados que a U. R. S. S. concluiu recentemente com a Polónia, a Jugoslávia, a Checoslováquia, a Hungria, a Bulgária, e a Finlândia.

A U. R. S. S. mostra assim, claramente, as vias nas quais a Europa pode encontrar uma saída para a sua difícil situação económica. A Inglaterra poderia beneficiar dum tal tratado se o governo trabalhista, pressionado do exterior, não tivesse deixado cair por terra o acordo em preparação com a U. R. S. S.

É um mérito indiscutível da política externa da U. R. S. S. e dos países da nova democracia ter desmascarado o plano americano de subjugação económica dos países europeus.

É preciso, além disso, ter em conta a circunstância seguinte: a própria América encontra-se ante a ameaça duma crise económica. A generosidade oficial de Marshall tem as suas próprias causas sérias. Se os países europeus não recebessem créditos americanos, a procura de mercadorias americanas da parte destes países diminuiria, o que contribuiria, por sua vez, para acelerar e reforçar a crise económica que se aproxima dos Estados Unidos.

É por isso que, se os países europeus derem provas de firmeza necessária e da vontade de resistir às condições escravizantes do crédito, a América poderá ver-se obrigada a recuar.

A dissolução do Komintern, correspondendo às exigências do desenvolvimento do movimento operário nas condições da nova situação histórica, desempenhou o seu papel positivo. Com a dissolução do Komintern, pôs-se fim, para sempre, à calúnia divulgada pelos adversários do comunismo e do movimento operário, a saber, que Moscovo se imiscue na vida interna dos outros Estados e que, os partidos comunistas dos diferentes países não agem no interesse do seu povo, mas segundo as ordens do estrangeiro.

O Komintern fora criado após a primeira guerra mundial, quando os partidos comunistas eram ainda fracos, quando a ligação entre a classe operária dos diferentes países era quase inexistente e quando os partidos comunistas não tinham ainda dirigentes do movimento operário geralmente reconhecidos. O Komintern teve o mérito de restabelecer e de consendar as ligações entre os trabalhadores dos diferentes países, de elaborar as posições teóricas do movimento operário nas novas condições de desenvolvimento do pós-guerra, de estabelecer os princípios comuns de agitação e de propaganda das ideias do comunismo e de facilitar a formação dos dirigentes do movimento operário. Assim se criaram as condições para a transformação dos jovens partidos comunistas em partidos operários de massas.

Entretanto, a partir do momento em que os partidos comunistas se transformaram em partidos operários de massas, a sua direcção, provindo dum centro, tornou-se impossível e não conforme ao objectivo. Chegou-se ao ponto de o Komintern, de factor auxiliar do desenvolvimento dos partidos comunistas, começar a transformar-se num travão desse desenvolvimento. A nova fase de desenvolvimento dos partidos comunistas exigia novas formas de ligação entre os partidos. Foram estas as circunstâncias que determinaram a necessidade da dissolução do Komintern e da organização de novas formas de ligação entre os partidos.

Durante os quatro anos que se passaram depois da dissolução do Komintern regista-se um reforçamento considerável dos partidos comunistas, e um alargamento da sua influência em quase todos os países da Europa e da Ásia. A influência dos Partidos comunistas aumentou, não somente nos países da Europa oriental, mas igualmente em quase todos os países da Europa que conheceram o domínio fascista, assim como nos países como a França, a Bélgica, os Países-Baixos, a Noruega, a Dinamarca, a Finlândia, etc., que conheceram a ocupação fascista alemã. A influência dos comunistas reforçou-se muito particularmente nos países da nova democracia, onde os Par-

de desempenhar um papel que não está longe do famoso «globo» Estado da América». O imperialismo americano trata a Inglaterra e a França cada vez mais insolente e clinicamente. As deliberações a dois e a tres sobre os problemas respeitantes à fixação do nível de produção industrial da Alemanha ocidental (Inglaterra-Estados Unidos-França), que infringem arbitrariamente as decisões de Potsdam, provam, ao mesmo tempo, que os Estados Unidos não têm em nenhuma conta os interesses vitais dos seus parceiros de negociações. A Inglaterra e, sobretudo, a França são obrigadas a consentir o diktat americano e a aceitá-lo com resignação. A conduta da diplomacia americana em Londres e Paris faz lembrar, sob muitos aspectos, a que se observa na Grécia, aonde os representantes americanos não acham necessário respeitar as conveniências, nomeiam e demitem, como bem lhes parece, os ministros gregos e conduzem-se como em terreno conquistado. Assim, o novo plano de «davisação» da Europa é, no fundo, dirigido contra os interesses fundamentais dos povos da Europa; é um plano de subjugação e de sujeição da Europa aos Estados Unidos.

O «plano Marshall» é dirigido contra a industrialização dos países democráticos da Europa e, por conseguinte, contra as bases da sua independência. No seu tempo, o plano de «davisação» da Europa malograra-se, quando as forças de resistência ao plano de Dawes eram bem interiores às de hoje. Agora, na Europa do pós-guerra, existe um número perfeitamente suficiente de forças, sem falar da União Soviética, que, se manifestarem a sua vontade e a sua decisão, podem fazer malograr este plano de subjugação. Para os povos da Europa, a questão é dar provas de vontade de resistência e de estar prontos para a resistência. No que respeita à U.R.S.S., ela empenhará todos os seus esforços para impedir a realização deste plano.

A apreciação que os países do campo anti-imperialista fizeram do «plano Marshall» foi inteiramente confirmada pela marcha dos acontecimentos. O campo dos países democráticos mostrou-se, ante o «plano Marshall», como uma força poderosa que vela pela salvaguarda da independência e da soberania de todos os povos europeus, uma força que não se deixa influenciar pela chantagem e intimidação e que, do mesmo modo, se não deixa iludir pelas falsas manobras da diplomacia do dólar.

O governo soviético já não fez objecção à utilização de créditos estrangeiros, particularmente americanos, como meio capaz de acelerar o processo da reconstrução económica. Entretanto, a União Soviética, baseia-se sempre no princípio de que, as condições de crédito não comportem um carácter escravizante, nem conduzam à subjugação económica e política do Estado devedor pelo Estado credor. Tendo como ponto de partida esta orientação política, a União Soviética defendeu sempre a posição, segundo a qual os créditos estrangeiros não devem ser o principal instrumento da reconstrução da economia do país. A condição fundamental e decisiva da reconstrução económica deve consistir na utilização dos recursos internos de cada país e na criação da sua própria indústria. Somente numa tal base se pode assegurar a independência do país contra os golpes da parte do capital estrangeiro que manifesta constantemente a tendência para utilizar o crédito como instrumento de subjugação política e económica. Tal é, precisamente, o «plano Marshall» dirigido contra a industrialização dos países europeus e visando, por consequência a minar a sua independência.

IV. AS TAREFAS DOS PARTIDOS COMUNISTAS PELA UNIÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEMOCRÁTICOS, ANTI-FASCISTAS E AMIGOS DA PAZ, NA LUTA CONTRA OS NOVO PLANOS DE GUERRA E DE AGRESSÃO

A União Soviética defende, invariavelmente, a tese, segundo a qual, as relações políticas e económicas recíprocas entre os diferentes Estados devem clarificar-se, exclusivamente, sobre princípios de igualdade dos direitos de cada Estado e o respeito recíproco da sua soberania. A política externa soviética e, em particular as relações económicas soviéticas com os Estados estrangeiros baseiam-se no princípio da igualdade dos direitos, assegurando-se, nos acordos concluídos, as vantagens bilaterais. Os tratados com a U.R.S.S. constituem acordos reciprocamente vantajosos para as partes

Na conferência de Paris, a falta de base do propósito da elaboração dum programa económico para toda a Europa. Eles denunciaram, na tentativa de criar uma nova organização europeia sob a égide da França e da Inglaterra, uma ameaça de ingerência nos negócios internos dos países europeus e de violação da sua soberania. Eles demonstraram que o «plano Marshall» está em contradição com os princípios normais de cooperação internacional, que traz no seu seio a cisão da Europa, a ameaça de sujeição dum certo número de países europeus aos interesses do capital americano e que se baseia na concessão, de preferência aos aliados, de auxílio aos consórcios e monopólios alemães, à reconstituição dos quais o «plano Marshall» reserva, com evidência, um papel particular na Europa.

Esta posição clara da União Soviética levantou a máscara ao plano dos imperialistas americanos e dos seus servidores anglo-franceses.

A Conferência europeia malogrou-se escandalosamente. Oito Estados europeus recusaram-se a participar nela. Mas houve, também, entre os Estados que aceitaram participar no exame do «plano Marshall» e na elaboração de medidas concretas para a sua realização, um certo número de países que não acolheu este «plano» com muito entusiasmo, tanto mais que depressa se apercebeu que as suposições da U. R. S. S. eram inteiramente justas, que este plano está longe de comportar uma ajuda efectiva e real. Sentiu-se que o governo dos Estados Unidos não tem pressa em realizar as promessas de Marshall. Personalidades políticas americanas do Congresso reconheceram que este último não discutiria antes de 1948 as novas somas concedidas pelos créditos prometidos a alguns países europeus.

Assim, tornou-se evidente que a Inglaterra, a França e outros Estados da Europa ocidental, que aceitaram o «esquema parisiense de realização» do «plano Marshall», caíram vítimas da chantagem americana.

Entretanto, as tentativas para formar um bloco ocidental sob a égide da América continuam.

É preciso notar que a variante americana do bloco ocidental só pode encontrar sérias oposições, mesmo nos países que dependem já dos Estados Unidos, tais como a Inglaterra e a França. A perspectiva de restaurar o imperialismo alemão como força real capaz de opor-se à democracia e ao comunismo na Europa não pode ser tida nem a Inglaterra nem a França. Nós encontramos em presença dum das principais contradições internas do bloco Inglaterra-Estados Unidos-França. Visivelmente, os monopólios americanos, como toda a reacção internacional, não consideram Franco ou os fascistas gregos como uma fortaleza mesmo pouco sólida dos Estados Unidos contra a U. R. S. S. e as novas democracias da Europa. É por isso que eles alimentam particularmente esperanças quanto à restauração da Alemanha capitalista, considerando que ela constituiria a mais importante garantia para o sucesso na luta contra as forças democráticas da Europa. Eles não têm confiança nem nos «trabalhistas» em Inglaterra nem nos socialistas em França, considerando que, apesar de toda a sua condescendência, eles são «semi-comunistas», não lhes tendo merecido suficiente confiança.

É por isso que a questão alemã e, em particular a da bacia do Ruhr, base do potencial militar e industrial do bloco hostil à U. R. S. S., é a mais importante da política internacional e contribui para uma causa de litígio entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

Os apetites imperialistas americanos só podem provocar sérias inquietações em Inglaterra e em França. Os Estados Unidos fizeram compreender, dum maneira inequívoca, que querem tomar o Ruhr aos ingleses. Os imperialistas americanos exigem também a fusão das três zonas de ocupação e querem, abertamente, estabelecer o isolamento político da Alemanha ocidental sob o controle americano. Os Estados Unidos insistem para que o nível de produção do aço seja elevado na bacia do Ruhr, na base da manutenção das empresas capitalistas sob a égide dos Estados Unidos. Os créditos prometidos por Marshall para a reconstrução da Europa são compreendidos em Washington como auxílio, de preferência, aos imperialistas alemães.

Assim aparece o «bloco ocidental» que a América está forçando não segundo o modelo do plano Churchill dos Estados Unidos da Europa, que foi concebida como instrumento da política inglesa, mas como protectorado americano, no qual os Estados soberanos da Europa, incluindo a própria Inglaterra, terão

imperialistas, da intervenção Truman.

O essencial das fórmulas intencionalmente veladas e camufladas do «plano Marshall» consiste em formar um bloco de Estados ligados aos Estados Unidos por compromissos e em oferecer aos Estados europeus créditos americanos em paga da renúncia à sua independência económica e, em seguida, à sua independência política. O essencial do «plano Marshall» é, pois, reconstruir as regiões industriais da Alemanha ocidental, controlada pelos monopólios americanos.

Deduz-se das deliberações que se sucederam e das intervenções dos homens de Estado americanos que o objectivo do «plano Marshall» não é uma oferta de auxílio aos países vencedores empobrecidos, aliados da América na luta contra a Alemanha, mas uma oferta de auxílio aos capitalistas alemães, a fim de que estes, tendo na mão as fontes principais de carvão e de metal necessárias à Europa e à Alemanha, coloquem na dependência do poderio económico da Alemanha, em vias de restauração, os Estados que têm necessidade de carvão e de metal.

Embora o «plano Marshall» presuponha a descida da Inglaterra, assim como a da França, no estado de potências de segunda ordem, o governo trabalhista de Attlee em Inglaterra e o governo socialista de Ramadier em França, agarraram-se ao «plano Marshall» como a uma tábua de salvação. Sabe-se que a Inglaterra já quase despendeu o empréstimo americano de 3,750 milhões de dólares que lhe foi concedido em 1946. Sabe-se também que a Inglaterra tem estado amarrada de pés e mãos às condições escravizantes deste empréstimo. O governo trabalhista da Inglaterra, estrangulado, como num nó corredio, pela sua dependência financeira em relação aos Estados Unidos não vê outra saída, senão a da obtenção de novos empréstimos. Foi por isso que ele acolheu o «plano Marshall» como uma saída do beco económico e como uma maneira de obter novos créditos. Além disso, os homens políticos ingleses contavam com a criação do bloco dos países da Europa ocidental — países deficitários dos Estados Unidos — para tentar desempenhar, no seio deste bloco, o papel de gerente em chefe americano que, rigorosamente, poderia tirar proveito disso em detrimento dos países mais fracos. A burguesia inglesa acautelara o sonho de que, utilizando o «plano Marshall», prestando serviços aos monopólios americanos e submetendo-se ao seu controle, recuperaria as suas posições perdidas em certos países e, em particular, restabeleceria as suas posições nas regiões balcânico-danubianas.

A fim de dar, exteriormente, uma maior aparência de objectividade às propostas americanas, decidiu-se incluir, no número dos iniciadores que deviam preparar a realização do «plano Marshall», a França que já sacrificara, em parte, a sua soberania nacional à favor dos Estados Unidos, pois a concessão do crédito à França, em Maio de 1947, da parte dos Estados Unidos, fora condicionado pelo afastamento dos comunistas do governo.

Segundo a directiva de Washington, os governos da Inglaterra e da França propuseram à União Soviética participar no exame das propostas Marshall. Uma tal «démarche» devia mascarar o carácter hostil à U.R.S.S. destas propostas. Sabendo de antemão que a U.R.S.S. se recusaria a discutir as propostas de auxílio americano segundo as condições formuladas por Marshall, planeava-se aproveitar essa atitude para lançar sobre a U.R.S.S. a responsabilidade da recusa de contribuir para a reconstrução económica da Europa, e, desta maneira, lançar contra a U.R.S.S. os países europeus que têm necessidade dum real auxílio. Se, pelo contrário, a U.R.S.S. aceitasse participar nas conversações, seria fácil fazer cair os países do Este e Sudeste da Europa na armadilha da «reconstrução económica da Europa com o auxílio da América». Enquanto o plano Truman conteria a intimidação terrorista destes países, o «plano Marshall» tinha como objectivo sondar a firmeza da sua situação económica, tentar seduzi-los e pre-di-los, em seguida, pela «auxílio» do dólar.

O «plano Marshall» era chamado, neste caso, a contribuir para a realização duma das tarefas mais importantes do programa geral americano: restaurar o poder do imperialismo nos países da nova democracia e obrigar estes países a renunciar à sua estreita cooperação económica e política com a União Soviética.

Os representantes da U.R.S.S., tendo anuído a examinar em Paris, com os governos da Inglaterra e da França, as propostas de Marshall, desmascararam,

desejariam ter na U. R. S. S. partidos da sua confiança, partidos burgueses, incluindo partidos pseudo-socialistas, como que agências imperialistas. Mas, para sua desgraça, a história condenou estes partidos burgueses exploradores a desaparecer.

Não poupando palavras para levantar calúnias contra o regime soviético, os «trabalhistas» e outros advogados da democracia burguesa acham, ao mesmo tempo, perfeitamente normal a ditadura sangrenta da minoria fascista sobre o povo da Grécia e da Turquia; eles fecham os olhos às numerosas e revoltantes infracções às próprias normas da democracia formal nos países burgueses; e fazem silêncio quanto ao jugo nacional e racial, à corrupção e à usurpação sem cerimónia dos direitos democráticos nos Estados Unidos.

Uma das linhas da «campanha» ideológica que acompanha os planos de escravidão da Europa é o ataque contra os princípios da soberania nacional e o apelo à renúncia dos direitos soberanos dos povos, aos quais é oposta a ideia de um «governo mundial». O sentido desta campanha consiste em embelezar a expansão desenfreada do imperialismo americano que, sem cerimónia, dá o golpe nos direitos soberanos dos povos e em apresentar os Estados Unidos no papel de campeão das leis humanas, em quanto que os que resistem à penetração americana são apresentados como partidários dum nacionalismo «egoísta» caduco. A ideia de um «governo mundial» repetida pelos intelectuais burgueses, sonhadores e pacifistas, é utilizada não apenas como meio de pressão com vista a desarmar moralmente os povos que defendem a sua independência contra os atentados do imperialismo americano, mas também como palavra de ordem especialmente oposta à União Soviética, que defende inafastável e consequentemente o princípio duma real igualdade dos direitos e da protecção dos direitos soberanos de todos os povos grandes e pequenos. Nas condições actuais, os países imperialistas tais como os Estados Unidos, a Inglaterra e os Estados que lhe são próximos, tornam-se inimigos perigosos da independência nacional e da autodeterminação dos povos, enquanto que a União Soviética e os países da nova democracia constituem a sólida fortaleza na defesa da igualdade dos direitos e da autodeterminação nacional dos povos.

É muito característico que os peritos militares e políticos americanos do género Bullitt, os dirigentes sindicais amarelos do género Greer, os socialistas franceses de Blum, o incorrigível apologeta do capitalismo dominante, o social democrata alemão Schumacher e os chefes trabalhistas do tipo Bevin, colaborem estreitamente na realização do plano ideológico estabelecido pelo imperialismo americano.

A «doutrina Truman» e o «plano Marshall» são, nas condições actuais dos Estados Unidos, a expressão concreta dos esforços expansionistas. No fundo, estes dois documentos são a expressão duma mesma política, embora se distingam pela forma sob a qual é apresentada uma mesma e única pretensão americana de subjugar a Europa.

No respeitante à Europa, as principais linhas da «doutrina Truman» são as seguintes:

1ª Criação de bases americanas na parte oriental da bacia mediterrânica, a fim de consolidar o domínio americano nesta zona;

2ª Apoio demonstrativo dos regimes reacçãoários da Grécia e da Turquia, como bastiões do imperialismo americano contra a nova democracia dos Balcãs (auxílio militar e técnico à Grécia e à Turquia e concessões de empréstimos);

3ª Pressão ininterrupta sobre os Estados da nova democracia, expressa pelas falsas acusações de totalitarismo e de aspirações expansionistas, pelos ataques contra os fundamentos do novo regime democrático, pelo ingerência contínua nos problemas internos destes Estados, pelo apelo a todos os elementos anti-democráticos destes países — elementos que lutam contra o Estado — se pela criação demonstrativa das relações económicas com estes países e com vista a criar-lhes dificuldades económicas, a obstaculizar o seu desenvolvimento económico, a fazer malograr a sua industrialização, etc.

A «doutrina Truman» que prevê a oferta do auxílio americano a todos os regimes reacçãoários, que agem duma maneira activa contra os povos democráticos, tem um carácter abertamente agressivo. A sua publicação provocou uma certa preocupação mesmo nos meios capitalistas americanos habituados a não importar o quê. Nos Estados Unidos e nos outros países, os elementos progressistas protestaram enérgicamente contra o carácter provocante e abertamente

exército turco. O exército do Kuomintang reaccionário faz a sua instrução com oficiais americanos e recebe material americano. A clique militar torna-se uma força política activa dos Estados Unidos, a qual fornece em grande escala, os homens de Estado e os diplomatas que seguem uma política militarista agressiva em toda a política do país.

A expansão económica dos Estados Unidos completa duma maneira importante a realização do plano estratégico. O imperialismo americano esforça-se, como usurário, por explorar as dificuldades do pós-guerra dos países europeus, sobretudo a penúria de matérias primas, de combustíveis e de géneros alimentícios nos países aliados que mais sofreram com a guerra, para lhes ditar as condições escravizantes de auxílio. Na previsão duma crise económica eminente, os Estados Unidos apressam-se para encontrar novas esferas de monopólio para a inversão dos capitais e para o escoamento das mercadorias. O «auxílio» económico dos Estados Unidos tem por objectivo subjugar a Europa ao capital americano. Quanto mais grave é a situação económica dum país, mais os monopólistas americanos se esforçam por lhe impôr condições duras.

Mas o controle económico arrasta consigo, também, a dependência política em relação ao imperialismo americano. Assim, o alargamento das esferas de escoamento das mercadorias americanas combina-se, para os Estados Unidos, com a aquisição de novas praças de armas propícias à luta contra as novas forças democráticas da Europa. «Salvando» um país da fome e da ruína, os monopólios americanos têm a intenção de o privar de toda a independência. «O auxílio» americano leva consigo, quase automaticamente, modificações na linha política do país que recebe esse «auxílio»; sobem ao poder partidos e personalidades que, obedientes às directivas de Washington, estão prontos a realizar, na sua política interna e externa, o programa desejado pelos Estados Unidos. (França, Itália, etc.).

Finalmente, as aspirações dos Estados Unidos ao domínio mundial e a sua linha anti-democrática comportam também uma luta ideológica. A tarefa principal da parte ideológica do plano estratégico americano consiste em usar a chantagem em relação à opinião pública, em divulgar calúnias sobre a pretensa agressividade da União Soviética e dos países da nova democracia, a fim de poder assim apresentar o bloco anglo-saxão no papel dum bloco de pretensa defesa e liberação da responsabilidade na preparação da nova guerra. A popularidade da União Soviética, no estrangeiro, aumentou consideravelmente durante a segunda guerra mundial. Pela sua luta heróica, plena de abnegação, contra o imperialismo, a União Soviética ganhou o amor e o respeito dos trabalhadores de todos os países. O poderio militar e económico do Estado socialista e a força destrutiva da unidade moral e política da sociedade socialista foram claramente demonstradas perante o mundo inteiro. Os meios reaccionários dos Estados Unidos e de Inglaterra perguntam-se preocupados, como dissipar a impressão inesquecível que o regime socialista produz nos operários e trabalhadores do mundo inteiro. Os instigadores da guerra dão-se muito bem conta de que, para mandar os soldados combater contra a União Soviética, é necessária uma longa preparação ideológica.

Na sua luta ideológica contra a U.R.S.S., os imperialistas americanos, que se orientam mal nos problemas políticos e mostram a sua ignorância, levantam acima e primeira de tudo, a imagem representando a União Soviética como uma força dita anti-democrática e totalitária, enquanto que os Estados Unidos, e Inglaterra e todo o mundo capitalista são apresentados como democracias.

Esta plataforma da luta ideológica — defesa da pseudo-democracia burguesa e atribuição de traços totalitários ao comunismo — une todos os inimigos da classe operária, sem excepção, desde os magnates capitalistas aos dirigentes socialistas da direita que, apressadamente, se apoderam da não importante que calúnia anti-soviética, ditada pelos seus anos imperialistas. O eixo desta propaganda mentirosa reside na afirmação de que a existência de vários partidos e a de uma minoria organizada da oposição, seria o índice duma verdadeira democracia. Nesta base, os «trabalhistas» ingleses, não poupando esforços para lutar contra o comunismo, teriam querido revelar que há, na U.R.S.S., classes antagonicas e uma correspondente luta de partidos. Ignorantes em política, não podem chegar a compreender que, já há muito tempo, não há na U. R. S. S. capitalistas nem proprietários latifundiários, que deixou de haver classes antagonicas e, portanto, que não poderia haver vários partidos. E é

te expansionista após o fim da segunda guerra mundial. Em 1945, a pressão tanto na política externa dos Estados Unidos como na sua política interna. O apoio activo às forças reaccionárias e anti-democráticas do mundo inteiro, o malogro das decisões de Potsdam visando a democratização e a desmilitarização da Alemanha, a protecção aos reaccionários japoneses, a extensão dos preparativos militares, a acumulação das reservas de bombas atómicas, tudo isto acompanhado duma ofensiva contra os direitos democráticos elementares dos trabalhadores nos Estados Unidos.

Embora os Estados Unidos tivessem sido, relativamente, pouco afectados pela guerra, a maioria esmagadora dos americanos não quer uma nova guerra, nem os sacrifícios e as restrições que dela derivam. Este facto leva o capital monopolista e os seus servidores entre os círculos dirigentes dos Estados Unidos a procurar meios extraordinários para destruir a oposição interna a esta orientação expansionista e agressiva e assim terem as mãos livres para continuar levando a cabo esta política perigosa.

Mas a campanha contra o comunismo, proclamada pelos meios dirigentes americanos, apoiando-se nos monopólios capitalistas, conduz, com uma inevitável lógica, à violação dos direitos e dos interesses vitais dos trabalhadores americanos, à fascização interna da vida política nos Estados Unidos, à difusão das teorias e noções misantropas mais selvagens. Alimentando os sonhos de preparação duma terceira guerra mundial, os meios expansionistas americanos estão profundamente interessados em sufocar, no interior do país, toda a possível resistência às aventuras exteriores, a envenenar com chauvinismo e militarismo as massas politicamente atrasadas e pouco cultas dos meios americanos e a embrutecer a pequena burguesia americana com o auxílio dos meios mais diversos de propaganda anti-soviética e anti-comunista, por exemplo, o cinema, a rádio, a igreja e a imprensa.

A política externa expansionista, inspirada e seguida pela reacção americana, prevê uma actividade simultânea em todas as direcções:

- 1ª Medidas militares estratégicas;
- 2ª Expansão económica;
- 3ª Luta ideológica.

A realização dos planos militares estratégicos de futuras agressões está ligada aos esforços para utilizar ao máximo o aparelho de produção militar dos Estados Unidos que aumentou consideravelmente nos fins da segunda guerra mundial. O imperialismo americano leva a cabo uma política consequente de militarização do país. Nos Estados Unidos, as despesas do exército e da arma lá ultrapassam 11 bilhões de dólares por ano. Em 1947-48, os Estados Unidos destinavam 35% do orçamento para a manutenção das suas forças armadas, ou seja onze vezes mais do que em 1937-38.

Se, no princípio da segunda guerra mundial, o exército dos Estados Unidos ocupava o 17º lugar entre todos os países capitalistas, actualmente, ocupa o primeiro. Paralelamente à acumulação de bombas atómicas, os estrategas americanos não se acanham para dizer que nos Estados Unidos fazem-se preparativos para a arma bacteriológica.

O plano militar estratégico dos Estados Unidos prevê a criação, em tempo de paz, de numerosas bases e praças de armas, muito afastadas do continente americano e destinadas a ser utilizadas com objectivos de agressão contra a U.R.S.S. e os países da nova democracia. As bases militares, aéreas e navais americanas existem ou estão de novo em criação no Alasca, no Japão, na Itália, no sul da Coreia, na China, no Egipto, no Irão, na Turquia, na Grécia, na Áustria e na Alemanha ocidental. No Afeganistão e mesmo no Nepal, opera uma missão militar americana. E fazem-se febrilmente, preparativos para utilizar o Ártico com vistas a uma agressão militar.

Embora a guerra tenha terminado há já muito tempo, a aliança militar entre a Inglaterra e os Estados Unidos subsiste ainda, assim como o estado-maior unificado das forças armadas anglo-americanas. A cobertura da convenção sobre a estandardização dos armamentos, os Estados Unidos estenderam o seu controlo às forças armadas e planos militares dos outros países, em primeiro lugar, nos da Inglaterra e Canadá. A cobertura da defesa comum do hemisfério ocidental, os países da América latina estão em vias de entrar na órbita dos planos de expansão militar dos Estados Unidos. O governo dos Estados Unidos anunciou que a sua tarefa oficial era a de auxiliar a modernização da

ganização das Nações Unidas para redução geral dos armamentos e para o reconhecimento, como tarefa de primeiro plano, da proibição da produção e da utilização da energia atômica para fins de guerra. Esta proposta do governo soviético chocou com uma resistência encarnizada da parte dos Estados Unidos e da Inglaterra. Todos os esforços dos meios imperialistas se fizeram no sentido de sabotar esta decisão. Isto manifestou-se por todas as espécies de barreiras e de moratórias sem fim e estéréis na intenção de impedir todas as medidas práticas e efectivas. A actividade dos delegados da U.R.S.S. e dos dos países democráticos nos órgãos da Organização das Nações Unidas toma um carácter de luta cotidiana, sistemática e obstinada a favor dos princípios democráticos de cooperação internacional e com vista a denunciar as intrigas dos conspiradores imperialistas contra a paz e a segurança dos povos.

Isto manifesta-se de maneira particularmente visível, por exemplo, no exame da situação das fronteiras setentrionais da Grécia. A União Soviética e a Polónia intervieram juntas, enérgicamente, contra a utilização do Conselho de Segurança com vis a a desacreditar a Jugoslávia, a Bulgária e a Albânia, falsamente acusadas pelos imperialistas de actos de agressão contra a Grécia.

A política externa soviética tem por ponto de partida o facto da coexistência, por um longo período, dos dois sistemas, o capitalismo e o socialismo. Daqui deriva a possibilidade de cooperação entre a U.R.S.S. e os países possuidores de outro sistema, com a condição de se respeitar o princípio de reciprocidade e de se executarem os compromissos tomados. Sabe-se que a U.R.S.S. foi sempre e continua sendo fiel aos seus compromissos. A União Soviética mostrou a sua vontade e o seu desejo de cooperação.

Na Organização das Nações Unidas, a Inglaterra e a América seguem uma política completamente oposta. Elas fazem tudo para renunciar aos seus compromissos tomados anteriormente, e para se desligarem deles, a fim de seguir uma nova política, não no espírito da cooperação dos povos, mas para os lançar uns contra os outros, política visando a violação dos direitos e dos interesses dos povos democráticos e o isolamento da U.R.S.S..

A política soviética segue a linha da manutenção leal das relações de boa vizinhança com todos os Estados que mostram o desejo de cooperar. A União Soviética foi sempre, é e será sempre uma amiga fiel dos países que são seus verdadeiros amigos e aliados. A política externa soviética visa a um alargamento ulterior do auxílio amigável da parte da União Soviética a esses países.

Defendendo a causa da paz, a política externa da U.R.S.S. rejeita o princípio de vingança em relação aos povos vencidos.

Como se sabe, a U.R.S.S. é pela formação duma Alemanha unida, amante da liberdade, desmilitarizada e democrática. Formulando a política soviética em relação à Alemanha, o camarada Stáline disse:

«Em suma, a política da União Soviética, quanto ao problema a'emão, resume-se à desmilitarização e à democratização da Alemanha... A desmilitarização e a democratização da Alemanha são uma das mais importantes condições para instaurar uma paz duradoura e sólida.»

Entretanto, esta política do Estado soviético para com a Alemanha choca com uma resistência desenfreada dos meios imperialistas dos Estados Unidos e da Inglaterra.

A sessão do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, celebrada em Moscovo em Março-Abril de 1947, mostrou que os Estados Unidos, a Inglaterra e a França estão decididos, não somente a fazer malograr a democratização e a desmilitarização da Alemanha, mas também a liquidar a Alemanha como Estado unido, a desmembrá-la e a resolver separadamente o problema da paz.

A realização desta política efectua-se actualmente em condições novas, agora que a América rompeu com a linha política de Roosevelt e passou a uma nova política, a uma política de novas aventuras militares.

III. O PLANO AMERICANO DE SUBJUGAÇÃO À EUROPA

A passagem do imperialismo americano à política agressiva e abertamen-

tidos comunistas se tornaram os partidos mais influentes destes Estados. Contudo, na actual situação dos Partidos comunistas, há também fraquezas próprias. Certos camaradas consideram a dissolução do Komintern como significando a liquidação de todas as ligações, de todo o contacto entre os Partidos comunistas irmãos. Ora, como a experiência demonstrou, uma tal separação dos Partidos comunistas não é justa, mas nociva e essencialmente contra a natureza. O movimento comunista desenvolve-se nos quadros nacionais, mas, ao mesmo tempo, tem ante si tarefas e interesses comuns aos Partidos comunistas dos diferentes países.

De facto, está-se na presença dum quadro bem estranho: os socialistas que se agitam ferozmente para provar que o Komintern ditara as directivas de Moscovo aos comunistas de todos os países, reconstituíram a sua Internacional, enquanto que os comunistas se abstêm de encontrar-se e, mais ainda, de consultar-se sobre as questões que os interessam mutuamente, e tudo isto por recelo da calúnia dos inimigos, em relação à «mão de Moscovo».

Os representantes dos diferentes ramos de actividade — os sábios, os cooperativistas, os militantes sindicais, os jovens, os estudantes — acham possível manter entre si um contacto internacional, trocar as suas experiências e consultar-se sobre as questões respeitantes aos seus trabalhos, organizar conferências e tomar resoluções internacionais, enquanto que os comunistas, mesmo os dos países que mantêm relações de aliados, se sentem constrangidos em estabelecer relações de amizade entre si. Não há dúvida de que a prolongação de uma tal situação advirão consequências muito prejudiciais ao desenvolvimento do trabalho dos partidos irmãos. Esta necessidade de consulta e de coordenação livre da actividade dos diferentes partidos tornou-se particularmente urgente, sobretudo agora, que a continuação da dispersão poderia conduzir ao enfraquecimento da compreensão recíproca e, às vezes, mesmo a sérias rupturas.

É por isso que a maior parte dos dirigentes dos partidos socialistas (sobretudo os trabalhistas ingleses e os socialistas franceses) se comportam como agentes dos círculos imperialistas dos Estados Unidos da América, e os Partidos comunistas que cabe o papel histórico, particular, de tomar a cabeça da resistência ao plano americano de subjugação da Europa e de desmascarar resolutamente todos os auxiliares internos do imperialismo americano. Ao mesmo tempo, os comunistas devem apoiar todos os elementos verdadeiramente patriotas, que não aceitam que a sua pátria seja atingida e querem lutar contra a subjugação da sua pátria ao capital estrangeiro e pela salvaguarda da soberania nacional do seu país. Os comunistas devem ser a força dirigente que arrastará todos os elementos anti-fascistas, amantes da liberdade, à luta contra os novos planos expansionistas de subjugação da Europa.

É importante considerar que vai uma grande distância do desejo dos imperialistas de desencadear uma nova guerra à possibilidade de organizar uma tal guerra. Os povos do mundo inteiro não querem a guerra. As forças dedicadas à paz são tão grandes e tão poderosas que basta que elas deem provas de tenacidade e de firmeza na luta pela defesa da paz para que os planos dos agressores se tornem um fiasco total. É preciso não esquecer que o barulho feito pelos agentes imperialistas à volta dos perigos de guerra tende a intimidar as pessoas sem firmeza ou as de nervos fracos, a fim de poder, por meio da chantagem, obter concessões a favor do agressor.

Actualmente, o principal perigo para a classe operária consiste na subestimação das suas próprias forças e na sobrestimação das forças do adversário. Da mesma maneira que, no passado, a política munitquista encorajou a agressão hitleriana, da mesma maneira, hoje, as concessões à nova orientação dos Estados Unidos da América e do campo imperialista, podem incitar os insubordinados a tornarem-se mais insolentes e mais agressivos. É por isso que os Partidos Comunistas devem pôr-se à cabeça da resistência em todos os domínios — governamental, económico e ideológico — aos planos imperialistas de expansão e de agressão. Eles devem servir as suas filhas, unir os seus esforços na base duma plataforma anti-imperialista e democrática comum e reunir à sua volta todas as forças democráticas e patrióticas do povo.

Para os Partidos comunistas irmãos da França, da Itália, da Inglaterra e dos outros países cabe uma tarefa particular. Eles devem empunhar a bandeira da defesa da independência nacional e da soberania dos seus países. Se o Parti-

dos comunistas irmãos permanecerem firmes nas suas posições, se eles se não deixarem influenciar pela intimidação e a chantagem, se se comportarem resolutamente como sentinela da paz durável e da democracia popular, da soberania nacional, da liberdade e da independência dos seus países, se eles souberem, na sua luta contra as tentativas de escravidão económica e política dos seus países, pôr-se à cabeça de todas as forças dispostas a defender a causa da honra e da independência nacional, nenhum dos planos de subjugação da Europa poderá ser realizado.

DOCUMENTOS ANEXOS

COMUNICADO

SOBRE A CONFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES DOS REPRESENTANTES DE ALGUNS PARTIDOS COMUNISTAS

No fim de Setembro (1947) realizou-se na Polónia uma Conferência de informações com a participação dos seguintes partidos: Partido Comunista da Jugoslávia: camaradas E. KARDELJ e M. DJILAS; Partido Operário Búlgaro (comunista): camaradas V. TCHERVENKOV e V. POPTOMOV; Partido Comunista da Roménia: camaradas G. DEJ e A. PAUKER; Partido Comunista Húngaro: camaradas M. FARKACHE e I. REVAL; Partido Operário Polaco: camaradas W. GOMULKA e H. MINC; Partido Comunista (bolchevique) da U.R.S.S.: camaradas A. JDANOV e C. MALENKOV; Partido Comunista Francês: camaradas J. DUCLOS e E. FAJON; Partido Comunista da Checoslováquia: camaradas R. SLANSKI e S. BASTOVANSKI; Partido Comunista da Itália: camaradas L. LONGO e E. REALE.

Os delegados à conferência ouviram informes sobre a actividade dos Comités Centrais dos Partidos representados na Conferência: pelo Partido Comunista da Jugoslávia, dos camaradas E. KARDELJ e M. DJILAS, pelo Partido Operário Búlgaro (comunista), do camarada V. TCHERVENKOV, pelo Partido Comunista da Roménia, do camarada G. DEJ, pelo Partido Comunista Húngaro do camarada I. REVAL, pelo Partido Operário Polaco, do camarada W. GOMULKA, pelo Partido Comunista (bolchevique) da U.R.S.S., do camarada G. MALENKOV, pelo Partido Comunista Francês, do camarada J. DUCLOS, pelo Partido Comunista da Checoslováquia, do camarada R. SLANSKI e pelo Partido Comunista da Itália, do camarada L. LONGO.

Tendo procedido a uma troca de pontos de vista sobre os supracitados informes, os delegados à conferência decidiram examinar a situação internacional, assim como o problema da permuta de experiências e de coordenação da actividade dos partidos comunistas representados na conferência.

O informe sobre a situação internacional foi apresentado pelo camarada A. JDANOV. Os delegados à conferência trocaram opiniões sobre o já citado informe e constatarem o seu completo acordo na apreciação da situação internacional presente e das tarefas que dela derivam, após o que adoptaram, por unanimidade, uma declaração sobre os problemas da situação internacional.

O informe sobre a permuta de experiências e a coordenação da actividade dos partidos comunistas foi apresentado pelo camarada W. GOMULKA. No que respeitava este problema, depois de constatar os efeitos negativos que resultam da ausência de contactos entre os partidos representados na conferência e, tendo em conta a necessidade da troca mútua das suas experiências, a conferência decidiu a criação dum Bureau de Informações.

O Bureau de informações será constituído por representantes dos Comités Centrais dos partidos acima nomeados.

As tarefas do Bureau de informações consistem na organização da troca de experiências entre os partidos interessados e, em caso de necessidade, na

Decidiu-se que fosse editado um órgão pelo Bureau de Informações.
A sede do Bureau de Informações e da redacção do seu órgão foi fixada em Belgrado.

DECLARAÇÃO

SOBRE OS PROBLEMAS DA SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Os representantes do Partido Comunista da Jugoslávia, do Partido Operário Búlgaro (comunista), do Partido Comunista da Roménia, do Partido Comunista Húngaro, do Partido Operário Polaco, do Partido Comunista (bolchevique) da U.R.S.S., do Partido Comunista Francês, do Partido Comunista da Checoslováquia e do Partido Comunista da Itália, após terem trocado os seus pontos de vista sobre os problemas da situação internacional, acordaram na declaração seguinte:

Na situação internacional resultante da segunda guerra mundial e do período da após-guerra, operaram-se mudanças essenciais.

Estas mudanças são caracterizadas por uma nova disposição das forças políticas fundamentais que actuam na arena internacional, para a modificação das relações entre os Estados vencedores na segunda guerra mundial, por um novo reagrupamento destes Estados.

Durante a guerra contra a Alemanha e o Japão, os Estados aliados marcharam em conjunto e constituíram um só campo. Entretanto, existia já no campo dos aliados uma diferença na determinação dos objectivos da guerra, assim como na determinação das tarefas relativas à organização do mundo após a guerra. Para a União Soviética e para os outros países democráticos, os objectivos fundamentais da guerra comportavam o restabelecimento e o fortalecimento dos regimes democráticos na Europa, a liquidação do fascismo, as medidas próprias para prevenir uma nova guerra de agressão da parte da Alemanha, o estabelecimento duma cooperação em todos os domínios e para um longo período entre os povos da Europa. Os Estados Unidos da América e, de acordo com eles, a Inglaterra, fixaram-se outros objectivos de guerra, especialmente o afastamento dos seus concorrentes sobre os mercados (a Alemanha, o Japão), e a instauração da sua própria hegemonia. Este desacordo na determinação dos objectivos de guerra e das tarefas relativas à organização do mundo após a guerra não cessou de se aprofundar depois do fim das hostilidades. Duas linhas políticas opostas se manifestaram: num dos polos, a política da U.R.S.S. e dos outros países democráticos que visa a socavar o imperialismo e a reforçar a democracia; no polo oposto, a política dos Estados Unidos e da Inglaterra, que visa a reforçar o imperialismo e a estrangular a democracia. É porque a U.R.S.S. e as novas democracias se tornaram um obstáculo à realização dos planos imperialistas de luta para a dominação mundial e para o esmagamento dos movimentos democráticos, é organizada uma cruzada contra elas. Esta cruzada é acompanhada de ameaças de uma nova guerra por parte dos políticos imperialistas mais encarniçados dos E. Unidos e da Inglaterra.

Assim, dois campos estão formados no mundo: por um lado, o campo imperialista e anti-democrático, que tem por objectivo essencial o estabelecimento da dominação mundial do imperialismo americano e o esmagamento da democracia; por outro lado, o campo anti-imperialista e democrático, cujo objectivo essencial consiste em socavar o imperialismo, reforçar a democracia e liquidar os restos do fascismo.

A luta entre estes dois campos, o campo imperialista e o campo anti-imperialista, desenvolve-se nas condições da acentuação contínua da crise geral do capitalismo, do enfraquecimento das forças do capitalismo e do fortalecimento das forças do socialismo e da democracia.

É por isso que o campo imperialista e a sua força dirigente, os Estados Unidos, desenvolvem uma actividade particularmente agressiva. Esta actividade desenvolve-se simultaneamente em todos os planos: no plano militar e estratégico, no plano da expansão económica e no plano da luta ideológica. O plano Truman-Marshall constitui o meato da parte europeia da política de expansão que os Estados Unidos realizam em todas as partes do mundo. Ao pla-

na de subjugação económica e política da Europa pelo imperialismo americano, uniam-se planos de subjugação económica e política da China, da Índia, dos países da América do Sul. Os Estados Unidos prepararam os agressores de ontem — os magnates capitalistas da Alemanha e do Japão — para desempenharem um novo papel de instrumentos da política imperialista dos Estados Unidos na Europa e na Ásia.

O campo imperialista recorre aos meios tácticos mais variados onde se conjugam a ameaça do emprego directo da força, a chantagem e as violências, toda a espécie de medidas de pressão económica e política, a corrupção, a utilização das contradições interiores e das querelas para reforçar as posições imperialistas.

Tudo isso é dissimulado sob a máscara do liberalismo e do pacifismo com vistas em enganar e de prender no laço as pessoas sem experiência política.

Entre os meios tácticos dos imperialistas, tem um lugar particular a utilização da política de traição dos socialistas de direita do tipo de Blum em França, Attlee e Bevin na Inglaterra, Schumacher na Alemanha, Renner e Scorf na Áustria, Saragat na Itália, etc. Eles esforçam-se por distorver o carácter de pilhegem da política imperialista sob a máscara da democracia e dumha fraseologia socialista, não passando com efeito de auxiliares fiéis dos imperialistas, suscitando desagregação nas fileiras da classe operária e envenenando a consciência desta última.

Não é por acaso que a política externa do imperialismo inglês tem encontrado na pessoa de Bevin o seu servidor mais consequente e mais zeloso.

Nestas condições, o campo anti-imperialista e democrático encontra-se ante a necessidade de se unir, de se pôr livremente de acordo sobre um plano de acção comum, de elaborar a sua táctica contra as forças principais do campo imperialista, contra o imperialismo americano contra os seus aliados ingleses e franceses, contra os socialistas de direita, sobretudo os da Inglaterra e da França.

São necessários os esforços conjuntos das forças democráticas anti-imperialistas da Europa para fazer fracassar o plano de agressão imperialista. Os socialistas da direita portam-se como traidores. A excepção dos países da nova democracia, onde o bloco dos comunistas e dos socialistas com os outros partidos progressivos constitui a base da resistência destes países aos planos imperialistas, os socialistas na maior parte dos outros países e acima de tudo, os socialistas franceses e trabalhistas ingleses — Ramsdell, Blum, Attlee e Bevin — facilitam pelas suas complacências a tarefa do capitalismo americano, fustigam na acção de violência e conduzem os seus próprios países ao estado de vassallos dependentes dos Estados Unidos. Nestas condições, os Partidos Comunistas têm por dever essencial tomar nas mãos a bandeira da defesa da independência nacional e da soberania do seu próprio país.

Se os Partidos Comunistas ficarem firmes nas suas posições, se eles se não deixarem influenciar pela intimidação e a chantagem, se eles se comportarem resolutamente como sentinelas da democracia, da soberania e da independência dos seus países, se souberem na sua luta contra as tentativas de avassalamento económico e político, par-se à cabeça de todas as forças dispostas a defender a causa da honra nacional nenhum dos planos de avassalamento da Europa e da Ásia poderá ser realizado.

Tal é, na hora actual, uma das tarefas principais dos Partidos Comunistas. Importa considerar que há uma grande distância entre os desejos dos imperialistas de desencadear uma nova guerra e a possibilidade de organizar uma tal guerra. Os povos do mundo inteiro não querem a guerra. As forças fiéis à paz são tão grandes e tão potentes que basta que elas deem provas de tenacidade e de firmeza na luta pela defesa da paz para que os agressores sofriam um fiasco total. Não se deve esquecer que o barulho feito pelos generais imperialistas à volta dos perigos da guerra tende a intimidar as pessoas sem firmeza ou as que cedem à guerra de nervos, a fim de poderem obter pela chantagem concessões em favor do agressor.

O perigo principal para a classe operária consiste actualmente na subestimação das suas próprias forças e na sobrestimação das forças do campo imperialista. Da mesma maneira que no passado a política muniquista encorajou o agressor hitleriano, da mesma maneira, hoje, as concessões à nova política dos Estados Unidos no campo imperialista, podem incluir os seus inspi-

radadores a tornarem-se mais insolentes e mais agressivos. Por isso, os Partidos Comunistas devem por-se à cabeça da resistência, em todos os domínios — governamental, político, económico e ideológico — aos planos imperialistas de expansão e de agressão. Eles devem serrar as suas fileiras, unir os seus esforços, sobre a base duma plataforma anti-imperialista e democrática comum e reunir à sua volta todas as forças democráticas e patrióticas do povo.

RESOLUÇÃO

SOBRE A TROCA DE EXPERIÊNCIAS E A COORDENAÇÃO DA ACTIVIDADE DOS PARTIDOS REPRESENTADOS NA CONFERÊNCIA

A Conferência constata que a ausência de contactos entre os Partidos Comunistas aqui representados comporta, na presente situação, sérios inconvenientes.

A experiência provou que uma tal falta de ligação entre os Partidos Comunistas é grandemente prejudicial e não poderia justificar-se. A necessidade da permuta de experiências e duma coordenação livremente aceite da acção dos partidos interessados, reveste neste momento uma acuidade particular nas condições complicadas da situação do pós-guerra, em que a ausência duma ligação entre os Partidos Comunistas pode conduzir a uma situação prejudicial à classe operária.

Por consequência, os delegados à Conferência acordaram sobre o que segue:

I. Será criado um Bureau de Informações dos representantes do Partido Comunista da Jugoslávia, do Partido Operário Búlgaro (comunista), do Partido Comunista da Roménia, do Partido Comunista Húngaro, do Partido Operário Polaco, do Partido Comunista (bolchevique) da U.R.S.S., do Partido Comunista Francês, do Partido Comunista da Checoslováquia e do Partido Comunista da Itália.

II. O Bureau de Informações terá por tarefa organizar a troca de experiência e, em caso de necessidade, a coordenação da actividade dos Partidos Comunistas na base dum livre consentimento.

III. O Bureau de Informações será composto de representantes dos Comités Centrais na razão de dois por cada dois. Os delegados dos Comités Centrais devem ser nomeados e substituídos pelos Comités Centrais interessados.

IV. O Bureau de Informações editará um órgão bimensal e, mais tarde, semanário. O órgão será editado em francês e em russo e, na medida das possibilidades, noutras línguas.

V. A sede do Bureau de Informações é fixada em Belgrado.

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R002900020013-3



Preço: 1\$50

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R002900020013-3

25X1

III SÉRIE — N.º 57

RESTRICTED

Proletários de todos os Países: UNI-VOS!

O Militante

REVISTA DE ORGANIZAÇÃO DO P.C.P.

DEPOIS DAS «ELEIÇÕES» PRESIDENCIAIS

TRES TAREFAS ESSENCIAIS

PARA O ENGRANDECIMENTO

DO PARTIDO

Das grandes batalhas pela democracia travadas no terreno das «eleições» presidenciais, saíram completamente triunfantes a apreensão da situação e a orientação política do Partido. Quanto às «eleições» presidenciais, tropeçou inicialmente com insucessos, vacilações e hesitações de muitos democratas honrados e até de alguns camaradas influenciados por concepções oportunistas. Mesmo em momentos em que parecia irremediavelmente no campo democrático as concepções oportunistas e o Partido defendeu com inabalável firmeza a sua orientação. Os factos deram total razão ao Partido. As desparadas ameaças do governo de recorrer às armas contra o movimento popular, as brutalidades das forças repressivas contra manifestações democráticas (Murchio Grande, Beja, Guara, Lisboa, etc.), o assassinato pela PIDE do nosso camarada António Almeida em pleno período eleitoral, as ameaças de desfecho das eleições, a propagação salazarista de puro escárnio e de humilhação do governo, mostraram claramente que eram justas a apreensão e as prevenções do PCP quando afirmava que o governo fascista não poderia pacifica e democraticamente o poder, mas o defenderia com desespero, empregando a intimidação, a violência e a mais brutal repressão contra o movimento popular.

A recusa sistemática do governo a permitir qualquer verificação ou consulta dos cadernos eleitorais, a acção da Censura, a proibição de falar imposta a numerosos oradores democratas, a proibição de assembleias nos campos de jogos, as dificuldades de toda a ordem levantadas à realização de reuniões e manifestações, as tremendas limitações postas à acção das forças democráticas em contraste com a colocação de todos os recursos e meios do estado ao serviço da propaganda eleitoral salazarista e finalmente o resultado grosseiro do Partido de que, nas condições ditadas por Salazar, ir às «eleições», seria prestar um serviço ao fascismo, de que as condições existentes não podiam ser consideradas condições mínimas exigidas pela Oposição e de que, assim, a abstenção era a única atitude justa a tomar pelos democratas.

As declarações provocatórias de Cunha Leal, Manuel Serra, Joaquim Ribeiro, António Maria da Silva e outras, caluniando o PCP e as forças democráticas em geral e pregando um entendimento com a ditadura fascista, o apinhamento entusiástico dos salazaristas a essas declarações, mostraram serem justas as advertências do Partido de que tais elementos oportunistas são verdadeiras

RESTRICTED

O MILITANTE

deiros agentes do inimigo, desmascarando a pretensa "Terceira Força" (anti-comunista e anti-salazarista) como uma força ao serviço de Salazar e defendendo a necessidade de dar combate a esses inimigos enganadores.

As grandiosas manifestações populares com um total de muitas centenas de milhares de democratas em todo o país, a vastíssima movimentação de massas — manifestando que o Partido tinha razão em condar no espírito democrático do povo português e a verdadeira força das massas.

A posição do Partido na política nacional saiu assim extraordinariamente reforçada. É nosso dever levar a cabo um esforço decidido para que o Partido possa aproveitar todos os ensinamentos colhidos neste mês e meio de ampla luta legal e de mobilização de massas e todas as amplas e novas perspectivas que se apresentam para o seu engrandecimento.

Que se impõe que façamos neste sentido?

Impõe-se, em primeiro lugar, que os ensinamentos políticos colhidos neste período de luta sejam amplamente aproveitados para o fortalecimento ideológico do Partido.

A linha política do Partido foi submetida a uma importante prova. Os factos provaram a justiça das apreciações do Partido e das suas intervenções. Mostraram, numa forma clara e acessível às massas, a justiça da linha política do Partido; a necessidade da união de todos os patriotas; o estabelecimento da unidade através da luta de massas e de organizações impulsionadora da luta de massas; a necessidade da intensificação do movimento popular; o fortalecimento nacional como meio para desalojar a camaráha fascista; e, por fim, a instauração em Portugal um regime democrático. A análise do período de luta que vimos de atravessar, é a melhor comprovação da justiça da linha do Partido e dos seus fundamentos teóricos e das suas raízes na experiência prática da luta.

O estudo e discussão dos documentos do Partido em relação às eleições presidenciais (particularmente os informes políticos ao 2.º Congresso Legal e à reunião do CC em julho de 1947, os principais artigos do "Avante!" e do "Militante" desde 1946, o documento "O PC e as eleições presidenciais", o manifesto do Secretariado "Condições mínimas ou abstenção eleitoral", o manifesto "Não votar e material posterior às eleições"), devem obrigatoriamente ser feitos em todos os escalões do Partido. A propaganda oral e escrita das organizações do Partido deve sublinhar a justiça da apreciação política e da orientação do Partido, mostrando as massas que o caminho para o derrubamento do fascismo, apontado ao povo português pelo Partido, é o único caminho justo.

Impõe-se, em segundo lugar, que os ensinamentos políticos deste período de luta sejam amplamente aproveitados para o fortalecimento da unidade política e da acção de todo o Partido.

A pesar de que, de uma maneira geral, as organizações do Partido estiveram a altura da situação, houve, da parte de algumas camaradas, graves vacilações. Algumas camaradas, esquecendo a natureza de classe do fascismo, acreditaram numa fácil mudança do regime por via pacífica e legal. Defenderam ainda as eleições nas condições ditadas por Salazar, acreditando numa vitória democrática perante condições e em que as fascistas gozariam o voto popular e abandonaria pacificamente o poder. Manifestaram-se contra a firmeza política do Partido e defenderam a hesitação perante as tendências oportunistas de conjunção com o salazarismo e de capitulação.

Tais ideias oportunistas de membros do Partido — alguns dos quais estavam em organizações de unidade — mostraram que essas camaradas duvidavam da justiça da orientação do Partido, substituíram a força organizativa e a inabalável do P. e. e. pela propagação dos oportunistas e do governo.

Estas vacilações e posições oportunistas foram um obstáculo ao desenvolvimento do movimento popular, levaram essas camaradas a não aproveitarem todos os seus esforços na mobilização de massas e a não aproveitarem a orientação do Partido em relação às eleições presidenciais. A luta pelas condições mínimas, o por reivindicações políticas concretas e imediatas poderia ter sido muito mais intensa no período eleitoral se tais vacilações e incompreensões não tivessem existido nas nossas fileiras.

É a necessidade de que todas as organizações do Partido onde se manifestarem tais tendências, sejam submetidas a uma análise e a uma crítica severa.

O MILITANTE

3

Dai também a necessidade de todos os camaradas que manifestam tais tendências, fazerem uma auto-crítica honesta, admitir que se mostram incapazes de a fazerem, não podendo ficar em cargos de direcção e tanto menos com tarefas relativas à unidade com outras forças antifascistas. O oportunismo é a voz do inimigo no campo democrático. Se, em relação ao movimento democrático em geral, o Partido toma uma posição indeclinável para combater os oportunistas, agentes do inimigo, de forma alguma se pode admitir tais tendências no seio do próprio Partido, de ois da completa confiança, pelos acontecimentos, da aprovação, das premissas, das premissas e da orientação do Partido. As medidas atrás apontadas, constituem condições indispensáveis para o fortalecimento da unidade de vontade e de acção do Partido.

Impõe-se, em ferreiros fuzas, que o prestigio ganho pelo nosso Partido neste período de luta, seja consolidado por uma ampla campanha de recrutamento.

A justiça da orientação e da actuação do Partido, deram ao Partido não só a simpatia como o apoio activo de milhares de democratas sem partido.

Milhares de trabalhadores e de intelectuais, de jovens e de mulheres, viram no Partido o mais sólido estílo do movimento democrático. O Partido que desde a primeira hora desenvolveu o carácter das eleições presidenciais e definiu a orientação justa das forças democráticas em relação a elas.

Todos viram que foi a orientação do Partido que acabou por triunfar, porque os factos a comprovaram e as massas a compreenderam.

Por todo o país, numerosos democratas sem partido, revelaram-se lutadores firmes e esclarecidos, seguindo a orientação do Partido e trabalhando em estreita colaboração com os nossos camaradas.

Abrem-se assim amplias perspectivas para o alargamento e reforço da organização do Partido. Todas as nossas organizações devem ao respectivo sector, levar a cabo uma campanha de recrutamento, chamando ao Partido homens e mulheres que se tenham destacado pela sua firmeza e seriedade e que estão conosco, tanto pela sua concordância com a orientação do Partido, como pela sua actuação prática.

O engrandecimento do Partido, é condição indispensável para o triunfo da causa antifascista. Se subarmos aproveitar os ensinamentos da luta no terreno das eleições presidenciais e os grandes êxitos alcançados pelo Partido, para o fortalecimento ideológico, para o reforço da unidade, para o aumento da quantidade e da qualidade dos membros do Partido, o Partido dará um novo e grande passo em frente, como a primeira força do campo democrático e que cabe um papel determinante na luta pela libertação de Portugal da tirania fascista.

POR UMA ORIENTAÇÃO JUSTA

NOS MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS

FAÇAMOS APLICAR A LINHA DO PARTIDO

Muitas vezes a situação foi tão favorável para a mobilização das massas trabalhadoras na luta pelas suas reivindicações, como a que vivemos actualmente. O AUMENTO CONSTANTE DO CUSTO DE VIDA, ENQUANTO OS SACARÍOS SE MANTÊM INVARIÁVEIS, OS DESCONTOS CADA VEZ MAIORES NOS SACARÍOS, ENQUANTO OS ABONOS E A PREVIDÊNCIA SÃO DIMINUIDOS E ADEMAIS, NALGUNS CASOS, RECESSES ETC. ETC. VEM CAUSANDO UM GRANDE DESCONTENTAMENTO ENTRE OS TRABALHADORES.

Tudo isto são factores importantes a ter em conta pelas organizações do Partido e por cada um dos seus militantes, com vista à mobilização das massas trabalhadoras para a luta reivindicativa. PARA A ORGANIZA-

RESTRICTED

O MILITANTE

ÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MASSAS.

Mas, se isto é assim, não se vá julgar que nada mais há a fazer do que esperar que os movimentos se dêem por si. Não. Pelo contrário. **AO PARTIDO, AOS SEUS MILITANTES, CABE A TAREFA DE FOMENTAR, ORGANIZAR E ORIENTAR OS MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS DAS CLASSES TRABALHADORAS.** Mas, para isso, é necessário que todos os militantes do Partido saibam estudar com a atenção devida a situação dos trabalhadores, adivinhar, por assim dizer, o seu sentir e aspirações, porque só assim poderão ficar em condições para mobilizarem as massas para a luta, indicar-lhes formas correctas de organização e imprimir uma orientação justa aos movimentos, apontar com segurança as massas o alvo a atingir.

Mas para que isto se possa fazer, para que as organizações e militantes do Partido possam imprimir uma justa orientação aos movimentos reivindicativos de massas, é preciso, impõe-se, em primeiro lugar, que eles próprios estejam identificados com a linha do Partido, que a compreendam inteiramente. E isto nem sempre tem sucedido.

A orientação dada a alguns movimentos reivindicativos ocorridos nos últimos tempos, confirma o que acabamos de dizer. Algumas organizações e militantes do Partido, mesmo dos mais responsáveis, se bem que atentos à situação das massas trabalhadoras e à sua mobilização para a luta pelas suas reivindicações, não têm sabido aplicar e fazer aplicar na prática a linha do Partido, substituem a orientação do Partido nos movimentos reivindicativos, confundem a acção e tarefas das Comissões de Unidade com as tarefas das Comissões Sindicais e vice-versa, não tratando, como se impunha, de tomar as medidas convenientes para colocar as coisas nos seus devidos lugares.

Assim, ultimamente, vem-se verificando uma assinalada **tendência legalista** na orientação de alguns movimentos reivindicativos. A luta vem sendo travada quase exclusivamente à base dos Sindicatos Nacionais e do I. N. T., substituindo-se as acções de massas nos locais de trabalho, directamente junto dos patrões. E assim se perde de vista a riquíssima experiência de milhares de lutas vitoriosas. Os militantes do Partido têm ido a rebóque dos acontecimentos, caem no deixa-andar-que-tudo-é-luta, em vez de se collocarem, audaciosamente à frente das massas e assim conduzi-las pelo caminho justo.

Isto tem sucedido, em grande parte, porque se não apreendia convenientemente a orientação do Partido sobre as tarefas que cabem às Comissões de Unidade e às Comissões Sindicais. Nalguns casos a constituição de Comissões Sindicais deu lugar ao desaparecimento, pelo menos no nome, das Comissões de Unidade, passando as Comissões Sindicais a realizar tarefas duplas, nuns casos e noutros casos, a realizar tarefas que competem inteiramente às Comissões de Unidade.

E aqui está uma das razões fundamentais da orientação legalista que se vem assinalando nalguns movimentos reivindicativos importantes da classe operária, a que é preciso pôr termo rapidamente. A principal orientação parietária enuncia prejuizos para os trabalhadores, além de se não fazer cumprir a linha do Partido, pois desviaria estes do caminho justo da luta, **que deve ter como campo principal de operações, digamos assim, os locais de trabalho.** Dá a necessidade inadiável de se compreender e fazer compreender a todos os militantes do Partido e estes às massas, que é nas **empresas — nos locais de trabalho — que se deve travar a batalha principal pela defesa das reivindicações dos trabalhadores.**

E para isso, há que fomentar a constituição de Comissões de Unidade em todas as empresas e locais de trabalho para coordenarem e dirigirem as lutas reivindicativas dos trabalhadores junto dos patrões, dos SN e das autoridades. Estas são as tarefas fundamentais das Comissões de Unidade que, como dizemos atrás, têm sido atribuídas erradamente, nalguns casos, às Comissões Sindicais, e, estas investidas de tarefas que pertencem inteiramente às Comissões de Unidade canalizam, como seria de prever, a sua acção para os SN, calando-se assim na concepção legalista de se fazer depender tudo dos SN.

As Comissões Sindicais, no caso concreto da luta por um novo Acordo Colectivo de Trabalho, como sucede actualmente na grande indústria importante, cabe-lhes tomar a iniciativa de mobilizarem os trabalhadores (quando estes, pela acção das Comissões de Unidade, já estejam identificados com as reivindicações dos trabalhadores reivindicando a convocação da Assembleia geral extraordinária nos SN com o fim de se discutirem todas as cláusulas do Acor-

da colectiva, exigindo que o mesmo não deverá ser elaborado sem a prévia discussão e aprovação dos trabalhadores. Cabe-lhes mais, como o saliente do Militante, n.º 44, acompanhar a vida dos SN, alertar os trabalhadores contra as irregularidades dos SN e orientá-los em protestos, concentrações, assembleias, etc, etc. Entretanto, repetimos, a direcção e coordenação dos movimentos reivindicativos cabe às Comissões de Unidade e não, como se vem verificando, nalguns casos, às Comissões Sindicais.

A SITUACÃO QUE ACABAMOS DE EXPOR, EXIGE QUE TODAS AS ORGANIZAÇÕES DO PARTIDO, E, EM PRIMEIRO LUGAR, OS ORGANISMOS DIRIGENTES DOS SECTORES DE TRABALHO, ABRAJAM AMPLA DISCUSSÃO SOBRE A SITUAÇÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS COM VISTAS A INTENSIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS. POR OUTRO LADO, TORNA-SE NECESSÁRIO TOMAR MEDIDAS SÉRIAS PARA QUE A LINHA DO PARTIDO TENHA UMA APLICAÇÃO JUSTA NA PRÁTICA DA LUTA DIÁRIA, SENDO DE ACONSELHAR UM ESTUDO ATENTO DA COLECCÃO DE "O MILITANTE", ONDE OS MEMBROS DO PARTIDO ENCONTRARÃO INDICAÇÕES PRECIOSAS PARA A FOMENTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS DAS CLASSES TRABALHADORAS.

IMPOE-SE QUE SEJAM TOMADAS MEDIDAS RÁPIDAS NO SENTIDO DE SE TERMINAR DE VEZ COM A CONFUSÃO EXISTENTE ENTRE AS TAREFAS DAS COMISSÕES DE UNIDADE E AS TAREFAS DAS COMISSÕES SINDICAIS, QUE SEJAM INDICADAS PORMENORIZADAMENTE A TODOS OS MILITANTES DO P. AS TAREFAS QUE CABEM A UMAS E A OUTRAS (VER "O MILITANTE" N.º 44). QUE SE FAÇA COMPREENDER A TODOS OS MILITANTES DO P. QUE NAS EMPRESAS QUE SE DEVE TRAVAR A BATALHA PRINCIPAL PELA DEFESA DAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES, MAS, CLARO, QUE AO MESMO TEMPO SE DEVE INTENSIFICAR A ACCÃO DAS COMISSÕES DE UNIDADE, APOIADAS PELAS MASSAS, JUNTO DOS SN E DAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS NA LUTA PELAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES.

SAIBAMOS FOMENTAR, ORGANIZAR E ORIENTAR OS MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS DAS MASSAS TRABALHADORAS SAIBAMOS COLOCAR-NOS AUDACIOSAMENTE A FRENTE DAS MASSAS

PRISÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ALTO ALENTEJO

EM 1947

RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO

No segundo trimestre de 1947, tiveram lugar no Alentejo grandes lutas das massas camponesas. Por todo o Alentejo foram formadas Comissões de praça e de unidade dos camponeses que, estreitamente ligadas às massas, conduziram centenas de lutas locais e regionais contra a exploração dos grandes agrários fascistas. Em junho, sob a Direcção do Partido, mais de 40.000 camponeses e camponesas fizeram greve. A direcção central do sector (especialmente os camaradas Marco e Francisco Miguel, membros do CC) e as organizações camponesas do Partido, dirigiram correctamente estas grandes lutas, dando magníficos exemplos de capacidade política e organizativa, coragem e abnegação. Como resultado destas lutas, os camponeses conquistaram melhores jornadas e melhores condições de trabalho e a organização, o prestígio e influência das massas do Partido, saíram reforçados.

O governo fascista tentou inicialmente reprimir este grande movimento lançando o terror contra as massas, tal como fizera em Abril de 1947, em Lisboa, com os 20.000 operários e operárias grevistas das empresas de construções navais e outras. Como primeira experiência, a aldeia do Vale de Vargo foi cercada e os seus habitantes obrigados a abandonar as suas casas. Mas as massas camponesas não conseguiram abafar o grandioso movimento. Mobilizaram-se e, apesar da violência, continuaram a lutar.

sou então em todo o Alentejo e região do Sado (a polícia, a GNR, autoridades locais, a Legião, fascistas, etc.), com o fim de localizar e prender os quadros do Partido dirigentes do movimento, bem como os mais destacados líderes camponeses. Só no Alto Alentejo os esforços fascistas tiveram certo sucesso. Foram presos: Francisco Miguel, membro do Comité Central da Região, funcionário do Partido e camaradas de Vila Viçosa, Redondo, Santa Susana, Montolito, Machide, Borba, Arcos, Ratremoz, Móra, Gouço, Cabeço da Velha, e Coruche, num total de 48 camaradas. Os comunistas mostraram uma vez mais, pelo seu sacrifício, serem os melhores defensores das classes trabalhadoras. A organização partidária do Alto Alentejo resistiu firmemente à pressão golpista e manteve o seu trabalho regular, mostrando a sua solidez e existência apesar das profundas raízes nas massas.

3. — A par das muitas progressos da organização do Alto Alentejo existiam algumas graves debilidades no trabalho de organização. Estas eram: como ligações demasiadas e desnecessárias entre várias organizações (conhecimento por alguns camaradas de organizações diferentes da sua; fraco controle e fraca vigilância sobre o trabalho de organização e conspirativo por parte do organismo central do sector, tipo de trabalho individual do funcionário de um mesmo sector, etc.). Estas debilidades facilitaram a acção da polícia fascista, fazendo-se assim uma vez mais que um bom trabalho de organização é indispensável para a defesa do Partido e que os esforços no trabalho conspirativo são a verdadeira luta contra o Partido.

4. — Uma vez mais se verificou também que, para suar uma ofensiva policial, é necessário, logo que o primeiro golpe é sofrido, tomar medidas mais ditas de organização e de defesa e impor nas organizações atingidas por uma ofensiva da PIDE, uma disciplina inflexível. Há camaradas da Direcção que, durante as ofensivas da PIDE, não tomam para sua defesa e para a defesa das organizações, as medidas que o Partido aconselha. Tais camaradas pensam que, em tal situação, não tomar as cautelas indicadas pelo Partido e desprezar os perigos é mostrar falta de valentia e de amor pelo Partido. O Secretariado não pode deixar de considerar tal concepção como uma concepção caracteristicamente pequena-burguesa, contrária à disciplina do Partido e inadmissível em quadros da direcção. Assim o Secretariado critica o camarada Francisco Miguel por não ter cumprido a resolução do seu organismo que o proibia de voltar à casa do camarada João Voiga, onde foi preso.

5. — Alguns camaradas presos deram altos exemplos de heroísmo perante o inimigo. O camarada Francisco Miguel, apesar de cruelmente martirizado, negou-se a fazer a mais pequena declaração à polícia, acusando depois o governo em pleno tribunal pelos espancamentos e torturas a que a PIDE submeteu os presos. O camarada António José Parafeta, camponês de Vila Viçosa, negou-se igualmente a prestar declarações e morreu heroicamente, assediado por espancamentos. Outras camaradas resistiram valentemente à tortura, à fome e aos espancamentos sofridos na PIDE, não fazendo declarações prejudiciais, defendendo as suas organizações e os seus camaradas, defendendo o Partido e o povo português. Estes exemplos mostram a verdadeira temperança comunista e constituem preciosas contribuições para o renascimento da combatividade, moral revolucionária, espírito de sacrifício e abnegação em todo o Partido.

6. — Na sua conduta perante a polícia alguns camaradas, ainda que suportando valentemente as torturas na PIDE e não fazendo quaisquer denúncias, repetiram o erro de confirmar o que a polícia já sabe, quanto a polícia lhes apresentou algumas declarações de outros presos não mostrou conhecer a sua actividade. De há muito, o Partido vem mostrando as graves consequências de uma tal conduta: comela os camaradas são levados a fazer mais declarações, dão muitas vezes à polícia a certeza de que ela apenas supõe e facilitam assim a acção policial. Por outro lado, uma tal posição compromete os próprios camaradas, dando uma base para que os tribunais fascistas os condenem a que poderia ser evitado se continuassem a negar todas as acusações. Uma tal posição reflete frequentemente falta de experiência mas traz também uma quebra de fé, fide revolucionária dos comunistas perante o inimigo. A concepção de que é lícito aos membros do Partido confirmar o que a polícia já sabe, tem de ser definitivamente varrida do Partido. A estes pontos deve ser dada a máxima importância.

[illegible]

O MILITANTE

ção e da imprensa é um dever elementar de todo o militante do nosso P. Além disto, a melhor ou pior cumprimento destas duas tarefas, é um índice que nos revela a forma como os organismos funcionam. Desde que uma organização consiga com regularidade obter os fundos que corresponde, o mais aproximadamente, ao número dos seus militantes e ao número de jornais distribuídos, é sinal de que o seu funcionamento é normal e de que, em geral, as restantes tarefas também são cumpridas com regularidade. A maioria das nossas organizações, não consegue recolher os fundos que era justo esperar tendo em conta o número de militantes e o número de jornais que distribui.

Isto demonstra-nos a existência de debilidades, de excusação e de controle e mostra-nos que nem todos os controladores dispõem a atenção devida a este problema que traz consigo graves consequências para a verdadeira mentalidade bolchevique nos nossos militantes.

Todo o militante do Partido, independentemente do dever que lhe cabe de pagar com regularidade a sua cotização e imprensa, é responsável perante o Partido pelo pagamento da imprensa que por seu intermédio é distribuída; cabe aos controladores providenciar para que estas tarefas sejam cumpridas. Em vista disto, não se compreende, muito, bem porque não se exige o seu cumprimento e não se tomam medidas práticas para uma melhor execução. Se assim o não fizermos, não auxiliaremos os camaradas a cumprir estes deveres de militantes e não só não trabalhamos para o melhoramento das suas qualidades, como também não lhes damos um sentido correcto das suas responsabilidades como membros do nosso Partido.

Analizemos alguns aspectos destas debilidades que urge remediar:

SOBRE O PAGAMENTO DA COTIZAÇÃO Muitas das nossas organizações não reatizam a cobrança da cotização aos seus elementos nas reuniões deixando este problema fora da ordem de trabalhos. Daqui resulta que muitos camaradas não pagam regularmente a sua cotização, não porque o não possam fazer ou tenham dificuldades nisso, mas sim porque não o discutido sempre e em todas as reuniões, torna-se impossível fazer o controle integralmente. Noutros casos acontece que, em organismos que não reúnem com regularidade, por razões várias, os controladores não procedem à cobrança das cotizações referentes ao período que medeia entre as reuniões. Há mesmo camaradas que desconhecem, porque nunca foram esclarecidos convenientemente, que devem pagar a sua cotização referente aos períodos em que o organismo não reúne.

SOBRE O PAGAMENTO DA IMPRENSA Uma principal deficiência nesta tarefa, é de salientar que uma grande parte da responsabilidade cabe ao controlador. Acontece com frequência existirem controladores que não têm conhecimento das quantidades de material que é distribuído pelos organismos que controlam e como é quando essa distribuição é feita. Acontece mesmo que alguns controladores só tardia ou voluntariamente recebem o que lhes é destinado. Desnecessário é salientar que esta deficiência não só impede um controle sobre o pagamento da imprensa, como também prejudica o desenvolvimento político do controlador, impedindo-o de realizar uma assistência política capaz ao próprio organismo.

Estas deficiências mostram-nos a necessidade de uma maior e melhor controle no pagamento da cotização e da imprensa que os organismos por parte dos controladores, quer da direcção do Partido aos controladores. É necessário que todos os nossos militantes, começando pelos camaradas da direcção, dediquem maior cuidado a estas tarefas e que elas sejam incluídas obrigatoriamente na ordem de trabalhos das reuniões.

Impõe-se, pois, que a cobrança da cotização seja feita nas reuniões dos organismos e corresponda a um ponto da ordem dos trabalhos. Que, sempre que possível, seja responsabilizado um camarada pelo controle do pagamento e distribuição da imprensa dentro de cada organismo, tendo-se no entanto em conta que esse controle não leve ao ponto de se cair no pormenor que exija o conhecimento de localidades, locais de trabalho ou nomes e possam ser prejudiciais conspirativamente. Avante, pois, por um controle mais eficaz sobre o pagamento da cotização e da imprensa. Que toda a organização organize o seu trabalho de forma a permitir, o mais aproximadamente possível, a recolha do ponto da cotização dos seus membros e da imprensa distribuída.